

FACAM – FACULDADE DO MARANHÃO  
SOMAR SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA.  
CNPJ 04.855.275/0001-68  
GRADUAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO – ENSINO À DISTÂNCIA

**ANÁLISE DE PRÁTICAS INSTITUCIONAIS E SERVIÇO SOCIAL**



*Em direção ao futuro*

São Luís

2014

**SOMAR** – Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda.

**FACAM** – Faculdade do Maranhão

Carlos César Branco Bandeira

**Diretor Geral**

Thatiana Soares Rodrigues Bandeira

**Diretora Executiva**

Henilda Ferro Castro

**Diretora Acadêmica**

Heraldo Marinelli

**Coordenador Geral de Ensino a Distância**

MeyryJanes Costa Almeida

**Supervisora Adjunta de Ensino a Distância**

Faculdade do Maranhão

Introdução ao Serviço Social / Luziane de Jesus Sousa Lima  
dos Santos. \_\_ São Luís, 2014.

74 f.

1.Instituições Sociais. 2. Prática Institucional. 3.Análise  
Institucional. I. Faculdade do Maranhão. II. Título.

CDU 364.783.4



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O ESTUDO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS CONSIDERANDO A ANÁLISE DE ESTADO E DA SOCIEDADE CAPITALISTA .....</b>	<b>6</b>
<b>UNIDADE 1.1 O ESTADO .....</b>	<b>6</b>
<b>UNIDADE 1.2 AS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>18</b>
<b>UNIDADE 1.3 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>UNIDADE 1.4 A RELAÇÃO INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A ANÁLISE DE PRÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE PODER, COTIDIANO, ATORES, PAPÉIS, FUNÇÕES, CONTROLE E MEDIAÇÕES. ....</b>	<b>34</b>
<b>UNIDADE 2.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS: relação entre o público e o privado.....</b>	<b>34</b>
<b>UNIDADE 2.2 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NAS EMPRESAS .....</b>	<b>39</b>
<b>UNIDADE 2.3 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NAS ONG'S E OSCIP'S .....</b>	<b>43</b>
<b>UNIDADE 2.4 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA INSTITUCIONALIZADA DO ASSISTENTE SOCIAL CONSIDERANDO O OBJETO, O OBJETIVO E OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>UNIDADE 3.1 PROCESSOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL .....</b>	<b>57</b>
<b>UNIDADE 3.2 AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>61</b>
<b>UNIDADE 3.3 INTERDISCIPLINARIDADE E MULTIDISCIPLINARIDADE NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A Análise de práticas institucionais em Serviço Social constitui-se em um desafio para docentes e profissionais do Serviço social, visto que não se possui a fórmula mágica de um fazer profissional, esse fazer reside na realidade organizacional que cada profissional vai estar inserido sem obviamente esquecer o projeto-ético-político que direciona a profissão. No Cotidiano da Prática, junto às questões emergentes, pode parecer ao assistente social que lhe falte técnica para exercer sua profissão.

O Assistente Social se insere em uma realidade complexa e contraditória, encontrando em sua prática limites para uma atuação diferenciada daquela instituída tradicionalmente. Cabe ao Assistente Social refletir sobre este fazer burocrático, tendo como eixo norteador o projeto político-profissional do Serviço Social, para então vislumbrar novas alternativas profissionais.

Esta apostila busca apresentar a prática profissional do assistente, seu papel fazendo uma análise da sua inserção nas diversas organizações, instituições e instâncias espaço ocupacional do profissional.

O objetivo desta disciplina é discutir os conceitos de instituição e organização, bem como os aspectos necessários para a realização de uma análise institucional. Aprender sobre os diversos espaços de atuação do Serviço Social: Estado, ONG's, OSCIP's, empresas e movimentos sociais. Refletir sobre os limites e as possibilidades de ação do Serviço Social

## CAPÍTULO 10 ESTUDO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS CONSIDERANDO A ANÁLISE DE ESTADO E DA SOCIEDADE CAPITALISTA

### UNIDADE 1.1 O ESTADO

**Estado** (do [latim](#) *status,us*: modo de estar, situação, condição), é "*conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação*"; "*país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado*".

É organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição [escrita](#), e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Um Estado soberano é sintetizado pela máxima "*Um [governo](#), um povo, um território*".

O Estado é responsável pela organização e pelo controle social, pois detém, segundo Max Weber, o monopólio da violência legítima (coerção, especialmente a legal).

Normalmente, grafa-se o vocábulo com letra maiúscula, a fim de diferenciá-lo de seus homônimos. Há, entretanto, uma corrente de filólogos que defende sua escrita com minúscula, como em *cidadania* ou *civil*. Não com o objetivo de ferir a definição tradicional de Estado, mas a fim de equiparar a grafia a outros termos não menos importantes.

O Estado pode também ser definido em termos de condições internas, especificamente (conforme descreveu Max Weber, entre outros) no que diz respeito à instituição do monopólio do uso da violência.

Desse modo, o Estado representa a forma máxima de organização humana, somente transcendendo a ele a concepção de Comunidade Internacional.

Embora o termo inclua frequentemente amplamente as instituições de governo, ou de regras antigas e modernas, o Estado moderno suporta um número de características que foram pela primeira vez consolidadas a sério no início do século XV, quando o termo "estado" também adquiriu o seu atual significado. Assim, o termo é frequentemente utilizado em sentido estrito para se referir apenas aos modernos sistemas políticos.

Em uso casual, os termos "país", "nação", e "estado" são muitas vezes usados como se fossem sinônimos, mas num sentido mais estrito uso, as que podem ser distinguidas:

- **[Nação](#)** denota um povo que acredita-se que a partilha ou considerados aduaneira comum, origens e história. No entanto, os adjetivos *nacional* e *internacional* também se referem a questões relacionadas ao que são estritamente Estados, como na capital nacional, o direito internacional.
- ***Estado*** refere-se ao conjunto de instituições que regulam e de apoio que têm soberania ao longo de um território definido e população.

### Teoria de Estado Moderno

Em 1815, no Congresso de Viena, o Ato Final do Congresso de Viena só reconheceu 39 Estados soberanos no sistema diplomático europeu e, como resultado, foi firmemente que, no futuro, novos estados foram reconhecidos pelos outros estados, o que significava, na prática, o reconhecimento, por um ou mais Estados das grandes potências.

A teoria constitutiva foi desenvolvida no século XIX para definir o que é e o que não é um Estado. Com esta teoria, a obrigação de obedecer o direito internacional depende de uma entidade de reconhecimento por outros países. Devido a isto, os novos estados não poderiam tornar-se imediatamente parte da comunidade internacional, ou ser obrigado pelo direito internacional, reconhecendo que essas nações, a princípio, não têm obrigação de respeitar o direito internacional nas suas relações com eles.

Uma das principais críticas da presente lei é a confusão causada quando alguns estados iriam reconhecer uma nova entidade, mas outros estados não, uma situação, a teoria não se tratar.

### **Convenção de Montevideú**

Um dos critérios mais comumente citados por micronação no que diz respeito à dificuldade em obter o reconhecimento internacional é o Convenção de Montevideú. A Convenção foi assinada em Montevideú, 26 de dezembro de 1933 pelo Estados Unidos, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru e Cuba, mas nunca foi consenso na comunidade internacional. A Convenção de Montevideú tem quatro condições que uma entidade deve cumprir para se tornarem um país:

- Uma permanente população
- Território definido
- Governo
- Capacidade de entrar em relações com outros Estados

Devido à dificuldade de se cumprir os critérios, a Convenção de Montevideú nunca foi aceite pela comunidade internacional e a maior parte dos países em usar a teoria do Estado como uma referência.

### **A evolução histórica do Estado**

As primeiras formas do Estado surgiram quando se tornou possível para centralizar o poder em uma forma duradoura. A agricultura e a escrita são quase sempre associados a este processo. O processo agrícola também permitiu a produção e armazenamento de um excedente. Este, por sua vez, permitiu e incentivado o surgimento de uma classe de pessoas que controlado e protegido os armazéns agrícolas e, portanto, não tem que gastar a maior parte do seu tempo, que prevê a sua própria subsistência. Além disso, a escrita (ou o equivalente, como os Quipus [incas](#)), pois possibilitou a centralização de informações vitais.

### **O Estado na antiguidade clássica**

A história do Estado no Ocidente geralmente começa com Antiguidade clássica. Durante esse período, o estado teve uma variedade de formas, nenhum deles parece muito com o moderno Estado. Houve monarquias cujo poder (tal como o do Egito dos Faraós) foi baseado na função religiosa do rei e do seu controle de um exército centralizado. Houve também grande, quase burocratizados impérios, como o Império Romano, que dependia menos da função religiosa e mais centralizada sobre militares e organizações legais e de uma coesão da nobreza.

Também vieram na Antiguidade Clássica inovações como na cidade-estados e a República Romana. A Grécia Antiga durante o século IV antes de Cristo concedeu cidadania à

população livre, e em Atenas esses direitos foram combinadas com uma democrática forma de governo embrionária.

Em contrapartida, Roma desenvolveu logo após o fim da monarquia e a posterior república, que era regida por um Senado e dominado pela aristocracia romana. O sistema político romano contribuiu para o desenvolvimento das leis e para a distinção entre a esfera privada e a pública.

A história do desenvolvimento do Estado moderno especificamente no Ocidente normalmente começa com a dissolução do Império Romano. Isto levou à fragmentação do estado imperial para mãos de privados e os chamados feudos descentralizados cujo papel político, jurídico e militar corresponde à organização da produção econômica. Nestas condições, de acordo com os marxistas, a unidade econômica da sociedade correspondia exatamente à situação a nível local.

O sistema feudal foi implantado de forma instável, dos suseranos aos reis ungidos. Um monarca, formalmente, o chefe de uma hierarquia de soberanos, mas não era um poder absoluto que poderia legislar à vontade; ora, as relações entre senhores e monarcas eram mediados por diversos graus de dependência mútua, que foi assegurada pela ausência de um sistema centralizado tributado. Esta realidade assegurou que cada governante necessárias para obter o "consentimento" de cada um no reino. Este não era um 'Estado' no sentido weberiano do termo, uma vez que o rei não quer monopolizar o poder de legislar (que era compartilhado com a igreja) ou os meios de violência (que foram partilhada com os nobres).

A formalização das lutas sobre a taxação entre o monarca e outros elementos da sociedade (especialmente a nobreza e as cidades) deram origem ao que agora é chamado de Standestaat, caracterizada pelos parlamentos em que grupos sociais fundamentais negociam com o rei sobre questões jurídicas e econômicas. Estes Estados do reino por vezes evoluído no sentido de uma verdadeira parlamentos, mas às vezes perdido em suas lutas com o monarca, o que conduz a uma maior centralização de legislar de forma coercitiva (principalmente militar) com o poder em suas mãos. A partir do século XV, este processo deu origem ao Estado Absolutista .<sup>[8]</sup>

A ascensão do "Estado moderno", como um poder público que constituem a suprema autoridade política dentro de um território definido dentro da Europa Ocidental está associado a gradual desenvolvimento institucional que começa no final do século XV, culminando com a ascensão do absolutismo e do capitalismo.

Com a Europa da Inglaterra sob os Tudors, Espanha com os Habsburgos, e França com Bourbons, embarcou em uma variedade de programas destinados a aumentar o controle político e econômico centralizado, cada vez mais expostas muitas das características institucionais que caracterizam o "Estado moderno". Essa centralização do poder político envolveu a delimitação das fronteiras, como monarcas europeus gradualmente derrotados ou co-optado outras linhas de poder, tais como a Igreja Católica e a nobreza. Em lugar do sistema fragmentado das leis feudais, com muitas vezes reivindicações territoriais, grandes territórios definitivos emergiram. Este processo deu origem à alta centralização e cada vez mais formas burocráticas de leis absolutistas do séculos XVII e XVIII, quando as principais características do sistema estatal contemporânea tomou forma, incluindo a introdução de um exército permanente, uma sistema de tributação central, relações diplomáticas

permanentes com as embaixadas, bem como o desenvolvimento da política econômica do Estado mercantilista.

Homogeneização cultural e nacional têm figurado proeminentemente na origem do Estado moderno. Desde o período absolutista, os estados têm sido largamente organizadas em um nação como base. O conceito de um Estado nacional, no entanto, não é sinônimo de Estado-nação.

Hoje alguns consideram que a maioria dos estados ocidentais mais ou menos apto a influente definição do Estado de Max Weber. Segundo Weber, o Estado moderno monopoliza os meios de legítima violência física, ao longo de um território bem definido. Além disso, a legitimidade deste monopólio em si é de um tipo muito especial, a "autoridade racional-legal" com base em regras impessoais que restringe o poder do Estado nas elites.

No entanto, em algumas outras partes do mundo os termos de Weber não se encaixam bem como da definição. Desde o surgimento do conceito de Weber, uma extensa literatura sobre os processos pelos quais o "Estado moderno" surgiu a partir do estado feudal foi gerada. Acadêmicos marxistas, por exemplo, afirmam que a formação dos Estados modernos pode ser explicado, principalmente, em função dos interesses e lutas de classes sociais.

O Estado moderno é um tanto distinto e ligado à sociedade civil. A natureza dessa ligação têm sido objeto de uma atenção considerável em ambas as análises de estado e desenvolvimento das teorias do Estado. Pensadores clássicos, tais como Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, Immanuel Kant enfatizaram a identidade do Estado e da sociedade, enquanto pensadores modernos, pelo contrário, começando com Hegel e Alexis de Tocqueville, enfatizando as relações entre eles como entidades independentes. Após Karl Marx, Jürgen Habermas, tem argumentado que a sociedade civil pode formar uma base econômica para um esfera pública, como uma posição política no domínio da superestrutura extra-institucional de envolvimento com os assuntos públicos a fim de tentar influenciar o Estado e ainda necessariamente relacionados com ele.

Alguns teóricos marxistas, tais como Antonio Gramsci, têm questionado a distinção entre o Estado e a sociedade civil em conjunto, argumentando que o primeiro é integrado em muitas partes do último. Outros, como Louis Althusser, sustentam que as organizações civis, como a Igreja, escolas, e mesmo sindicatos são parte de um *aparato estatal ideológico*. Neste sentido, o Estado pode financiar uma série de grupos dentro da sociedade que, embora autônomo em princípio, estão dependentes do apoio estatal.

Dado o papel que muitos grupos sociais têm no desenvolvimento de políticas públicas e as extensas ligações entre burocracias estatais e outras instituições, tornou-se cada vez mais difícil identificar os limites do estado.

Privatização, nacionalização, e a criação de novas regulamentações de órgãos também alteram as fronteiras do Estado em relação à sociedade. Muitas vezes, a natureza de organizações quase autônomas e é claro, de forma a gerar debate entre os cientistas políticos sobre se eles são parte do Estado ou da sociedade civil. Alguns cientistas políticos, assim, preferem falar de política e redes descentralizadas de governo nas sociedades modernas, em vez de burocracias de Estado e direta o controle estatal sobre política.

Periodicamente entre o Estado e os setores não-estatais (como os partidos políticos). Whaites argumentou que em países em desenvolvimento, existem perigos inerentes à promoção da sociedade civil forte onde os estados são fracas, os riscos que devem ser considerados e atenuado por aqueles financiamento da sociedade civil ou defendendo o seu papel como uma fonte alternativa de prestação de serviços..<sup>[15]</sup>

Desde fim do século XIX são a totalidade do mundo habitável foi parcelado em estados com mais ou menos definidas fronteiras reivindicada por vários estados. Anteriormente, bastante grande quantidade de terras tinham sido quer não reclamados ou desabitadas, ou habitadas por nômades, povos que não foram organizados como estados. Atualmente mais de 200 Estados compõem a comunidade internacional, com a grande maioria deles representados na Nações Unidas.

Esses países formam as teóricas relações internacionais chamadas de sistema, onde cada estado tem em conta o comportamento de outros estados quando se fazem os seus próprios cálculos. Deste ponto de vista, afirma embutido em um sistema internacional face a segurança interna e externa e legitimação de dilemas. Recentemente, a noção de uma "comunidade internacional" foi desenvolvida para se referir a um grupo de Estados que estabeleceram wiktionary: regra, [processos](#), e instituições para a realização de suas relações. Desta forma, a fundação tem sido estabelecidas pelo direito internacional, a diplomacia, os regimes e organizações.

Afinal, mesmo com a globalização, o Estado mantém três aspectos muito peculiares e importantes:

- Só um Estado pode estabelecer o arcabouço legal a viger dentro de seu território, para os que nele vivem e fazem negócios;
- O Estado assegura uma identidade única (especialmente quando suas fronteiras coincidem com as da nação);
- O Estado mantém o monopólio do poder coercitivo (reprimindo o crime na esfera interna e garantindo a segurança na esfera externa).

Até a declaração da teoria do Estado de relações internacionais, uma soberania do Estado está condicionada à reconhecimento diplomático do estado da reivindicação de independência. Graus de reconhecimento e de soberania podem variar. No entanto, qualquer grau de reconhecimento, até mesmo o reconhecimento, por uma maioria dos Estados no sistema internacional, não é vinculativa para os Estados de terceiros.

Os critérios legais para a independência não são óbvias. Frequentemente, as leis são ultrapassadas pelas circunstâncias políticas. No entanto, um dos documentos frequentemente citado na matéria é a Convenção de Montevideu a partir de 1933, o primeiro artigo de que dispõe:

O estado como uma pessoa de direito internacional, devem possuir as seguintes qualificações: (1) uma população permanente, (b) um território definido, (c) governo, e (d) a capacidade de entrar em relações com os outros estados.

### **Marxismo**

Teorias marxistas do Estado eram relativamente influentes na Europa continental em 1960 e 1970. Mas é difícil resumir a teoria desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Afinal, o esforço

por Hal Draper para destilar seu pensamento político, na sua *Karl Marx's Theory of Revolution* (Monthly Review Press) teve vários volumes de espessura. Mas muitos têm tentado.

Para os teóricos marxistas, o papel dos Estados modernos é determinado ou relacionadas ao seu papel nas sociedades capitalistas. Eles concordam com Weber sobre o papel crucial na definição de coerção do Estado. (Na verdade, Weber inicia a sua análise com uma citação de Leon Trotski, um líder bolchevique.) Mas marxistas rejeitam as idéias liberais que consideram que o Estado é uma instituição estabelecida no interesse colectivo dos sociedade como um todo (talvez por um contrato social) para conciliar interesses em nome do bem comum. Contrariamente à visão pluralista, o Estado não é uma mera "arena neutra para a resolução de litígios entre alegando interesses", porque pende fortemente para apoiar um interesse grupo (os capitalistas) sozinho. Nem o Estado costuma agir como um mero "recolha de agências que eles agem como simplesmente um outro conjunto de grupos de interesse", novamente por causa do estado do viés sistemático para servir interesses capitalistas.

Em contraste com a opinião liberal ou pluralista, o economista americano Paul Sweezy e outros pensadores marxista têm apontado que a principal tarefa do Estado capitalista é a de proteger direitos de propriedade sobre o meios de produção. No primeiro momento, isso parece pouco controversos. Afinal, muitos economia e política didáticos referem-se ao estado do papel crucial na defesa dos direitos de propriedade e de fazer cumprir contratos. Mas os capitalistas próprios uma parte dos meios de produção que está muito fora de proporção com os capitalistas "papel em relação à população total. Mais importante ainda, na teoria marxista, da propriedade dos meios de produção que dá poder sobre a minoria social aqueles que não possuem os meios de produção (os trabalhadores). Devido a esse poder, ou seja, o poder de explorar e dominar, a classe operária, o estado da defesa deles não é nada, mas o uso da coerção para defender capitalismo como um classe social. Em vez de servir os interesses da sociedade como um todo, nesta perspectiva o Estado serve aqueles de uma pequena minoria da população.

Entre os marxistas, tal como acontece com outros temas, há muitos debates sobre a natureza eo papel do Estado capitalista. Uma divisão é entre os "instrumentistas" e as "estruturalistas".

No primeiro, alguns marxistas contemporâneos aplicar uma interpretação literal do comentário por Marx e Frederich Engels em *O Manifesto Comunista* que "O poder executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os assuntos comuns da toda burguesia ". Nesta tradição, Ralph Miliband argumentou que a classe dominante usa o Estado como seu instrumento para dominar a sociedade em uma maneira simples. Para Miliband, o Estado é dominado por uma elite que provém do mesmo pano de fundo da classe capitalista e, portanto, partilha muitos dos mesmos objetivos. Membros funcionários partilham os mesmos interesses, portanto, como os proprietários do capital e estão ligados a eles através de um vasto conjunto de laços interpessoais e político. Em muitas maneiras, essa teoria pode ser semelhante à teoria do "poder da elite" de C. Wright Mills.

A pesquisa é específica para o Reino Unido, onde o sistema de classes tem sido, tradicionalmente, fortemente integrada no sistema educativo (Eton, OXBRIDGE, etc) e redes sociais. No Estados Unidos, o sistema educativo e das redes sociais são mais heterogêneos e parecem ter pequenos grupos dominantes a muitos. Mas uma relação social entre os gestores estatais e da classe capitalista pode ser visto na dependência dos principais partidos políticos e as suas contribuições de

campanha sobre os ricos, sobre a aprovação da mídia capitalista de propriedade, em conselhos de empresas, e coisas do gênero.

Na segunda visão, outros teóricos marxistas argumentam que o exato nomes, biografias, e os papéis sociais das pessoas que controlam o estado são irrelevantes. Em vez disso, eles ressaltam a *estruturais do papel do Estado* da actividade. Fortemente influenciada pelo filósofo francês Louis Althusser, Nicos Poulantzas, um grego teórico neo-marxista, argumentou que os Estados capitalistas, nem sempre agem em nome da classe dominante, e quando o fazem, não é necessariamente o caso, uma vez indicar funcionários conscientemente tentar encontrá-lo, mas porque a estrutural posição do Estado é configurado de forma a assegurar que os interesses do capital são sempre dominante.

A principal contribuição de Poulantzas para a literatura marxista sobre o Estado era o conceito de autonomia relativa do Estado: políticas estatais não correspondem exactamente ao coletivo ou a longo prazo os interesses da classe capitalista, mas ajudar a manter e preservar capitalismo no longo curso. O "poder da elite", se existir alguma, podem agir de formas que vão contra a vontade dos capitalistas. Enquanto Poulantzas em trabalho sobre autonomia estatal »tem servido para afinar e especificar uma grande quantidade de literatura marxista sobre o estado, o seu próprio quadro veio sob crítica para o seu "funcionalismo estrutural".

Mas este tipo de crítica pode ser respondida por considerar o que acontece se gestores estatais *não* trabalham para favorecer o funcionamento do capitalismo como uma sociedade de classes. Eles acham que a economia são punidos por uma greve ou fuga de capital, e incentivar maior desemprego, uma diminuição das receitas fiscais, e os problemas financeiros internacionais. A diminuição das receitas fiscais torna ainda mais necessária para a contracção de empréstimos da burguesia. Devido a este último cobrará taxas de juro elevadas(especialmente para um governo visto como hostil), o estado financeiro pode aprofundar problemas. Tais eventos podem ser vistos no Chile, em 1973, em Salvador Allende e o governo de Unidad Popular. Adicionado ao relativamente "automático" funcionamento da economia (sob o estímulo de empresas com fins lucrativos), são as maneiras pelas quais um governo anticapitalista provoca conspirações antigovernamentais, incluindo os do Central Intelligence Agency e das forças políticas locais, como realmente aconteceu em 1973.

A menos que eles realmente estão prontos para mobilizar a população trabalhadora para revolucionar a sociedade e movimentar algo além do capitalismo, os gestores irão praticar políticas anticapitalistas. Em qualquer caso, eles provavelmente nunca irão longe, porque a sua aceitação da ideologia dominante é incentivada pelo actual sistema educativo.

Apesar dos debates entre os teóricos marxistas do Estado, há também muitos acordos. É possível que tanto "instrumentalmente" e "estruturalmente" pode-se encorajar a unidade política dos gestores estatais com a classe capitalista. Ou seja, tanto a influência pessoal dos capitalistas e dos condicionalismos sociais em atividades estatais desempenham um papel.

Evidentemente, não importa o quão forte esta ligação, o ditado de Marx-Engels que "O poder executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os assuntos comuns de toda a burguesia" não quer dizer que o executivo irá sempre fazer um *bom trabalho*, nessa gestão. (Poulantzas Como referiu, o Estado mantém um certo grau de autonomia.) Em primeiro lugar, há o problema de conciliar os interesses particulares de cada uma das organizações capitalistas uns com os outros. Por

exemplo, diferentes partes da mídia podem discordar sobre a natureza das necessárias regulamentações governamentais. Além disso, sempre é claro o que a longo prazo da classe interesses capitalistas são, para além da simples defesa dos direitos à propriedade capitalista. Pode ser impossível descobrir interesses de classe até depois do fato, ou seja, depois de uma política foi implementada. Terceiro, gestores podem utilizar os seus poderes administrativos para servir os seus próprios interesses e até mesmo para facilitar a sua entrada para a classe capitalista.

Por último, a pressão de trabalho de organizações de classe (sindicatos, partidos social-democrata, etc) ou de outras forças não-capitalista (ambientalistas, etc) podem aumentar o estado de habitual da "linha" do capitalismo exactamente. No final, estes problemas implicam que o Estado vai ter sempre um certo grau de autonomia a partir obedecendo exactamente a vontade das classes capitalistas.

Nesta perspectiva, a teoria marxista do Estado na verdade não contradiz a pluralista visão do Estado como uma arena para a contenção de muitos grupos de interesse, incluindo os que se baseiam no próprio Estado. Pelo contrário, a proposta marxista seria a multi-facetada concorrência e os seus resultados são fortemente distorcidos no sentido de reprodução do sistema capitalista ao longo do tempo.

Deve-se ressaltar que todas as teorias marxistas do Estado discutido acima referem-se apenas ao Estado normal capitalista de tempos em tempos(sem guerra civil e similares). Durante um período de crise econômica e social, a absoluta necessidade de manter a ordem pode aumentar o poder dos militares - e objetivos militares - em assuntos governamentais, por vezes, mesmo que conduz à violação dos direitos à propriedade capitalista.

Em um sistema não-capitalista, como feudalismo, historiadores marxistas disseram que o Estado não existe realmente no sentido de hoje (através da definição de Weber). Isto é, o Estado central não monopoliza vigor em uma área geográfica específica. O rei tipicamente feudal tinha que depender do poder militar. Isto significava que o país era mais do que uma aliança de um todo unificado. Além disso, a diferença entre o Estado e sociedade civil foi fraca: os senhores feudais não eram simplesmente envolvidos na atividade da "economia" (produção, venda, etc), mas também na atividade política: eles usaram da força contra os seus servos (para extrair rendas), enquanto atuando como juiz, júri e polícia.

Obter mais além do capitalismo, teoria marxista afirma que, uma vez que o Estado é fundamental para proteger desigualdade das classes, ele irá se afastar logo que as classes e a desigualdade de poder é abolida. Na prática, nenhuma auto-denominado líder marxista ou governo já fez tentativas de avançar para uma sociedade sem um Estado.

### **Institucionalismo**

Ambas as abordagens marxista e pluralista ver o estado como reagir às atividades de grupos dentro da sociedade, tais como classes ou grupos de interesse. Neste sentido, têm ambos estão sob críticas por sua compreensão do estado por estudiosos que enfatizam a autonomia do Estado no que diz respeito às forças sociais.

Em particular, os "novos institucionalistas", dão uma abordagem à política que detém esse comportamento é fundamentalmente moldadas pelas instituições em que se insere, afirmam que o

Estado não é um "instrumento" ou um "espaço" e não "função" no interesse de uma única classe. Acadêmicos que trabalham com esta abordagem salientam a importância de interposição entre a sociedade civil da economia e do Estado para explicar a variação nas formas do Estado.

As obras dos "novos institucionalistas" sobre o Estado, como as obras de Theda Skocpol, sugerem que os agentes estatais são um importante grau de autonomia. Em outras palavras, tem estado pessoal dos seus próprios interesses, e que eles podem fazer exercício independente (por vezes em conflito com) dos agentes na sociedade. Uma vez que o Estado controla os meios de coerção, e dada a dependência de muitos grupos da sociedade civil do Estado para a realização de objetivos que podem cair, em certa medida o Estado pode impor suas próprias preferências sobre a sociedade civil.

Muitos desta corrente, alegando fidelidade a Weber, frequentemente utilizam a distinção entre os "Estados fortes" e "Estados fracos", alegando que o grau de "autonomia relativa" do Estado a partir de pressões da sociedade determina o poder do Estado, um posição que tem encontrado em favor do domínio de política econômica internacional.

Somando a coerção, os Estados geralmente reivindicam alguma forma de legitimar seu poder político de forma a manter domínio sobre os indivíduos.

As três últimas décadas foram marcadas por uma agenda de discussões sobre as novas configurações geopolíticas e suas repercussões particularmente no mundo capitalista periférico, em decorrência da chamada globalização econômica. O que provocou a participação de vários segmentos sociais com diferentes perspectivas e graus de adesão, em conformidade com seus interesses, relacionados aos ganhos e às perdas na distribuição dos recursos sociais e da riqueza nesses países.

Pode-se dizer que globalização é um termo genérico e pode assumir vários significados de acordo com a posição teórica e ideológica. O termo incorpora, de modo geral, quatro dimensões: técnica – novas tecnologias de trabalho e de informação; política – hegemonia da democracia liberal; ideológico-cultural – sociedade de consumo e comunicação de massa; e econômica – internacionalização da produção e predominância do capital financeiro, que caracteriza particularmente a globalização (HIRSCH, 1996).

O processo de globalização é um dado e caracteriza a nova fase do capitalismo mundial no final do século XX. O que deve pautar esta discussão é a identificação de dois lados antagônicos desse processo, a "globalização negativa" e a "globalização positiva", que requerem do Estado e da sociedade um posicionamento em relação a eles (SINGER, 1997).

É necessário, portanto, que nesse processo as relações entre Estado e Sociedade se rearticulem em diferentes bases políticas, sociais e econômicas, impulsionadas interna e externamente por forças sociais mediante rearranjos político-institucionais que estruturam a vida social.

Nesse sentido, alteram-se os papéis do Estado e da Sociedade bem como instalam-se novas tensões nessa relação, cujo *locus* das definições da nova configuração da política e da economia se reafirma (SOLA, 1999).

Uma das principais questões atuais do capitalismo refere-se ao modo como as decisões relacionadas à distribuição da produção se processam, levando em consideração que as principais definições ocorrem no campo da política e não da economia.

Nessa perspectiva, a força e o eixo da discussão sobre a conformação do Estado e seu papel emergem no cenário geopolítico mundial. "Compreender o que seja política no sistema econômico mundial de hoje é, pois, compreender o Estado nacional e compreender o Estado nacional no *contexto desse sistema* é compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade" complexa, heterogênea e em constantes modificações (CARNOY, 1988:9).

- as concepções cuja dimensão político-ideológica centraliza a explicação da natureza do Estado e seu papel na relação com a sociedade.

O Estado é uma arena de luta na qual se digladiam os poderes econômico – organização das forças produtivas –, ideológico – organização do consenso – e político – organização do poder coercitivo (CARNOY, 1988; BOBBIO, 1997a).

A luta pela ampliação da democracia tratada aqui atualiza o debate sobre o Estado contemporâneo. "(...) A democracia aparece como um sistema de mediações políticas entre o Estado e os atores sociais e não como um modo de gestão racional da sociedade" (TOURAINÉ, 1996:86).

A esse propósito, a democracia vem sendo apresentada como pacto constitucional, no qual se normatiza o controle do poder público e definem-se regras mínimas para operação do sistema democrático (ANDRADE, 1993).

O futuro da democracia está comprometido com algumas de suas promessas não-realizadas expressas na persistência de grupos oligárquicos no poder, nos insuficientes espaços onde é exercida e na questão do controle público sobre as decisões governamentais, entre outras (BOBBIO, 1997b).

Todavia, é uma questão há muito tempo já em pauta, isto é, o controle da sociedade sobre o Estado – controle público – e deste sobre os cidadãos – controle social. Tanto posições progressistas como conservadoras tratam da participação social, porém (...) o que altera é o sentido que a ela imprimem.

Os progressistas a assumem como uma participação ativa, no sentido do direito do cidadão, e os conservadores a assumem com um sentido passivo de fiscalização, quando não de cooptação (COHN, 1991:19).

O desenvolvimento de uma nova cidadania, necessária na atual transformação das relações entre Estado e Sociedade, dá-se mediante a participação do cidadão: 1. Na distribuição pública de bens materiais e imateriais – acesso às informações; 2. na proteção dos interesses difusos ou transindividuais – meio ambiente, patrimônio artístico, por exemplo; 3. no controle do Poder público; 4. Na administração da coisa pública; e 5. nas organizações de proteção de interesses transacionais. (COMPARATO, 1992)

Portanto, são as questões da equidade e do desenvolvimento humano que têm ocupado a agenda política do Estado contemporâneo não sem provocar tensões sociais quando de suas formulações e implementações de estratégias. A participação social assume importância para a efetivação das políticas públicas, exigindo melhor qualificação do gerenciamento desses programas e incorporando mecanismos de mercado buscando atrair capitais internacionais, na perspectiva de que tais investimentos favorecessem o crescimento econômico. Essas foram as principais medidas do que se denominou "Consenso de Washington", política de cunho neoliberal (SOARES, 1999; FIORI, 2001).", que passavam do ideário do Estado mínimo para a necessidade de reconstrução do aparelho estatal e

de sua relação com a Sociedade. Estabeleceu-se, fundamentalmente, o ideário da co-responsabilidade na produção de riquezas e de satisfação das necessidades sociais, no qual a principal função desse novo Estado é oferecer oportunidades iguais para todos, mediante políticas econômicas, educacionais, de estímulo ao mercado e de incentivos a parcerias com a sociedade civil, no enfrentamento das iniquidades sociais (SOARES, 1999; DUPAS, 2000).

O Estado retomou a centralidade nos anos 90, como afirma EVANS (1992), quando a emergência da "terceira onda", caracterizada por um Estado forte, tomou força com instituições estáveis e efetivas nas funções de coordenação e regulação do interesse público, diferentemente das anteriores: Estado como instrumento de desenvolvimento social – "primeira onda" – e Estado como protetor do direito de propriedade – "segunda onda".

A identidade do Estado que ora se configura apresenta lógicas e mecanismos administrativos fortemente influenciados pela esfera privada, ou seja, pelos mecanismos de mercado – competitividade, controle de custos, flexibilidade administrativa em relação à contratação e demissão de recursos humanos, dentre outros.

Inserido nesse movimento de reforma da concepção do Estado e de sua burocracia, há uma leitura, de alguma forma reducionista, que envereda pelo viés da lógica administrativa e que considera a reforma do Estado uma questão gerencial sem levar em consideração que a função do aparelho estatal é estimular e promover a ação de outros setores da sociedade para a realização de bens sociais que, anteriormente, eram executados por ele. Esse é o ideário da administração pública gerencial, modelo que se contrapõe à administração pública burocrática, característica do Estado interventor (BRESSER PEREIRA, 2001).

Esse novo Estado é concebido por uma estrutura técnica racional, o que o torna mais ágil no desempenho de suas funções e mais eficaz em face das novas necessidades advindas da reordenação política e econômica do mundo contemporâneo.

O Estado – legislação, formulação de políticas públicas, fiscalização, regulamentação e financiamento de recursos – bem como de parcerias com setores e serviços da sociedade civil (BRESSER PEREIRA, 2001; AZEVEDO; ANDRADE, 1997).

Se bem reconhecidas como pertencentes à esfera pública em virtude dos aspectos humanitários e sociais e não identificadas como da esfera estatal, as áreas sociais, notadamente a saúde, educação e cultura, são atingidas diretamente pela reforma.

No campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado, e que as suas fontes 'naturais' são a família, a comunidade e os serviços privados. Por isso, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva (LAURRELL, 1995:163).

Esse novo Estado, mais gerencial que executor, baseia-se no suporte teórico denominado "nova administração pública" e apresenta como expoentes os norte-americanos e os ingleses, preocupados com a eficácia e a eficiência do aparelho estatal frente às novas demandas sociais e políticas da globalização (DROR, 1998).

As transformações contemporâneas na relação Estado e Sociedade exigem mudanças nas instituições, defende OFFE (1999), com vistas a incorporar, na formulação e no planejamento das ações, agentes sociais relacionados ao Estado, ao mercado e à comunidade, imbricados numa relação política.

Essa concepção caracterizou a década de 90 em relação aos movimentos dos anos anteriores, quando o Estado se tornou central na organização e defesa do interesse público, porém com menos participação na produção de bens públicos, assumindo função, fundamentalmente, reguladora. Os princípios básicos desse movimento são desburocratização, descentralização, transparência dos atos governamentais, caráter técnico da formulação política, competitividade, responsabilidade pela ação entre os atores envolvidos (*accountability*) e enfoque no cidadão.

Mediante esses princípios e da concepção de Estado, evidencia-se uma qualidade diferente na organização do aparelho estatal e de sua relação com a Sociedade. Introduzem-se lógicas de mercado, prioritárias nas propostas neoliberais anteriores.

Osborne; Gaebler (1998) denominaram essa qualidade de "governo orientado para o mercado", cuja ação governamental passa o estímulo, a promoção e a delegação de responsabilidades antes estatais para empresas e organizações com ou sem fins lucrativos, mediante regras estabelecidas, que prevêm a intervenção do Estado para corrigir desvios que levem à desigualdade de oportunidades para os cidadãos.

A função reguladora é a que mais sobressai na presente década. O Estado sempre desempenhou esse papel na sociedade, porém a primazia impulsionadora dessa função confere-lhe um caráter eminentemente regulador em detrimento de outras funções antes desempenhadas – prestação de serviços e produção de bens materiais para o que foi obrigado a incorporar instrumentos e mecanismos da lógica dos agentes privados da economia (CONFORTO, 1998).

Nesse sentido, o movimento de reforma do Estado nos anos recentes expõe e recoloca a questão da gestão pública nesse ideário, quando centraliza a função reguladora estatal, embora apresentada, basicamente, pela perspectiva técnica, de conteúdo racionalizador e ênfase nos meios, isto é, como "(...) um conjunto de processos racionais que visam atingir objetivos instrumentais através da mobilização de tecnologias organizacionais eficientes" (REED, 1997:165). No ideário dessa reforma, a dimensão política da gestão, ou seja, a regulação do conflito das lógicas pública e privada é secundária.

A ênfase nos mecanismos de mercado para promover a regulação eficiente e a formação de uma estrutura organizacional com órgãos especializados e com fortes influências das experiências do setor privado é resultante da falência de um modelo de gestão que confundiu propriedade estatal e controle público e passou a concebê-los como produtores de interesses comuns. Na realidade, houve a captura de empresas estatais por parte de grupos com interesses particulares (COSTA et al., 2001).

Nas proposições de reformas do aparelho do Estado voltadas para certas áreas sociais, como no caso da saúde, constata-se a separação das funções de financiamento, prestação de serviços e gestão em diferentes espaços institucionais que envolvem diferentes agentes sociais, especializados

para cada uma dessas dimensões, e com ênfase nos mecanismos de definição de produtividade de consumo de ações e no gerenciamento por projetos (GONZÁLEZ GARCIA, 2001; ROCHA, 1998).

Cabe salientar que os outros dois setores são constituídos pelo primeiro setor, que se refere às instituições e órgãos do Estado, do governo, da esfera pública, e pelo segundo setor, o mercado com suas empresas, que pertencem à esfera do privado com fins lucrativos.

Por tratar-se de instituições de caráter privado sem fins lucrativos, situam-se entre o mercado e o Estado, ou seja, constituem-se em empresas administradas com a lógica do setor privado, porém, com finalidades de interesse público. Segundo FRANCO (1999), tais empresas credenciam-se como um dos principais agentes da sociedade civil nesse processo de reforma do Estado, desse ponto de vista, o que caracteriza a sociedade civil não são os legítimos interesses particulares ou setoriais nela situados e sim um novo 'interesse' público social que vai se compondo a partir do protagonismo crescente de novos sujeitos que estão emergindo dentro do chamado Terceiro Setor.

Sendo o Estado o maior empregador dos profissionais de serviços, não só no âmbito aqui analisado, mas na saúde, da educação e da previdência, a compreensão do caráter do Estado capitalista levou a repensar a prática profissional. (FALEIROS;1941)

## **UNIDADE 1.2 AS INSTITUIÇÕES**

Segundo, FALEIROS, 1941. As instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade.

A instituição social é um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que tem grande valor social. A instituição não existe isolada das outras. Todas elas possuem uma interdependência mútua, de tal forma que uma modificação numa determinada instituição pode acarretar mudanças maiores ou menores nas outras.

As instituições sociais servem como um meio para a satisfação das necessidades da sociedade. Nenhuma instituição surge sem que tenha surgido antes uma necessidade. Mas, além desse papel, as instituições sociais cumprem também o de servir de instrumento de regulação e controle das atividades do homem.

As principais instituições sociais são: família, religião, econômica, política, educação e recreação.

- Família: primeiro grupo social a que pertencemos. É um tipo de agrupamento social cuja estrutura varia no tempo e no espaço. Essa variação pode ser quanto ao número de casamentos, quanto à forma, relações de parentesco, relação sexual e dos componentes básicos da sociedade.

- Religião: todas as sociedades conhecem alguma forma de religião. A religião é um fato social universal. Não resta dúvida de que a religião é uma das instituições mais importantes para a organização social, pelo seu conteúdo moral. A religião inclui crença ao sobrenatural, ritos e cerimônias. É inegável a tendência moderna de dar mais ênfase aos valores sociais do que religiosos, prova disso, é o surgimento de doutrinas mais modernas como a Teologia da Libertação.

- Econômica: As atividades econômicas são institucionalizadas à medida que são explicadas por crenças, valores e reguladas por normas. Nas sociedades modernas a instituição econômica apresenta um grau de importância bem mais elevado que nas sociedades tribais, resultado do desenvolvimento tecnológico visando uma divisão mais diversificada do trabalho social.
- Política: são instituições políticas fundamentais a autoridade, o governo, o Estado (com os três poderes), partidos políticos e as constituições. Classificamos também os sistemas políticos como o anarquismo, ditadura, democracia e a pseudodemocracia.
- Educação: constitui uma instituição universal pelo fato de que em todas as sociedades é necessário garantir a estrutura educacional como processo de transmissão de conhecimentos e valores presentes na sociedade.
- Recreação: em todas as sociedades, existem modos culturalmente estabelecidos para o alívio das tensões acumuladas nos indivíduos em decorrência das frustrações geradas pelas restrições da vida social. Todas as sociedades possuem instituições recreativas, como no Brasil, o carnaval e futebol.

### **As Instituições na Sociedade**

O que se pode estudar em uma instituição? Como ela funciona? Quais são os seus elementos básicos de formulação? Essas perguntas são muito genéricas e não são fáceis de serem definidas. Nesse estudo, serão abordados alguns aspectos de funcionamento das instituições, do ponto de vista de suas transformação e legitimidade. Esse ainda é um estudo introdutório, que deverá ser aprofundado em um artigo subsequente.

Pensar a instituição como uma organização que se reproduz por meio de uma ideologia interna, e onde os agentes sociais promovem trocas. Uma instituição, que não está isolada, e faz parte de um sistema maior de instituições, em que ela está exposta a transformações externas à sua estrutura, que sofre modificações graduais, até o ponto em que ela (e o sistema em que ela está inserida) tem que mudar seus conceitos.

Essa mudança pode significar a formulação de um novo Contrato Social que reformula uma instituição por dentro e que, dependendo da influência que ela tenha no sistema de instituições, pode interferir diretamente no funcionamento da sociedade. Ou a fundação de uma outra instituição, com outro Contrato Social, que pode induzir a uma mudança geral na sociedade. Esse Contrato Social pode ser, não apenas uma reformulação de uma instituição, mas também de um sistema de instituições. Esse sistema pode sofrer um processo violento, ou seja, uma Revolução, ou uma mudança de consenso de grupos dominantes dentro da sociedade, ou seja, uma Reforma.

Desta maneira, estamos estudando o posicionamento das instituições dentro da sociedade como um processo amplo e bastante complexo, em que há diversas possibilidades de evoluções, rompimentos e redefinição dos papéis delas dentro do processo histórico.

### **Organização**

Uma organização é um sistema, que reproduz conhecimentos e ideologias. São estruturas humanas, que empreendem atividades produtivas de todas as espécies. Podemos pensar, por exemplo, em uma banda de rock. Com aquele que toca a guitarra, o vocalista, o baixista, o baterista, o tecladista. Todos, fazendo parte de um grupo de reorganização artística. Ou se não, uma organização de tamanho grande, tal como uma fábrica, com o seu diretor, os seus gerentes, os empregados de

baixo escalão, os empregados de empresas terceirizadas, etc. Ou mesmo o Estado, com seus presidentes, ministros, juizes, deputados, funcionários dos altos, médios e baixos escalões.

A fábrica, a banda de rock ou o Estado são organismos que possuem uma estrutura física. Por exemplo, um escritório que representa a banda. As sedes administrativas da fábrica ou a própria fábrica. O palácio do governo. Há, entre essas sedes, uma relação de hierarquia. Quer dizer, dentro do Estado, há repartições mais importantes, que alocam mais recursos que outras. E que sem seu funcionamento, as demais passam a ter dificuldades. Ou, digamos, filiais dessa mesma fábrica. E por aí vai.

Quando falamos de hierarquias, também podemos falar a respeito de relação de forças. Assim, oficialmente, pode não haver hierarquia entre duas pessoas que fazem parte de um grupo de estudos. Mas certamente a que tem maior reconhecimento tem maiores possibilidades de ter suas idéias absorvidas. Podemos falar também de pessoas com poderes equivalentes. Gente que, dentro das estruturas organizacionais, tem o poder de sabotar um trabalho alheio. Ou de estimular com que determinada realização seja colocada em prática.

Falamos de uma espécie de estrutura, que tem o seu aspecto físico, mas, acima de tudo, é humana. Os membros das organizações podem ter os mais diversos objetos ou estar concentrados em uma só ação. Uma organização sem fins lucrativos, que recebe uma enorme remessa de verbas, pode não ter todos os seus membros mobilizados. Assim, do ponto de vista contábil, ela pode não ser exatamente um sucesso, apesar de estar cumprindo um determinado objetivo social. Uma organização com fins lucrativos, que precisa gerar verbas, para prosseguir funcionando, precisa apurar com maior eficiência seus gastos e receitas, racionalizar os insumos, evitar estoques, ter uma estratégia para vender o produto, uma boa avaliação dos ativos e passivos, avaliação de projetos, etc. estamos falando, no caso, de uma empresa.

Podemos definir uma organização, a partir da idéia de que elas são sistemas, e que possuem uma dinâmica própria. Se fizermos uma analogia com um organismo vivo, poderemos estar desenvolvendo uma noção bastante superficial de como essas organizações funcionam. No entanto, trata-se de uma definição que, sendo superficial, é necessária, por ser operante na grande maioria dos casos. Assim, podemos imaginar um ser vivo que come, digere o alimento e solta suas fezes. Dependendo do que come, seu organismo pode não digerir bem, e ele pode ficar com uma infecção. Se prosseguir comendo esse mesmo alimento, tende a morrer. Seu sistema, apodrecido por dentro, não consegue mais interagir com a natureza em harmonia. Há uma oferta e uma demanda. Se a demanda não é atendida, a organização perde espaço, no caso de haver oferta de outras organizações com funcionamento melhor. Tal como na lógica do livre mercado. Isso diz respeito aos preços, aos produtos oferecidos, ao atendimento dos profissionais, etc. mas também estamos falando, não apenas dos livres mercados, mas também da ação social interpelativa.

### **Ideologia**

Uma boa saída para investigarmos as questões sobre ideologias é pensarmos na Sociologia como uma ciência que estuda esse aspecto. Partindo dos estudos dos pais da Sociologia Moderna, Marx, Weber e Durkheim, podemos destrinchar, desconstruir e reconstruir os conceitos de

“falsa consciência”, pensado por Marx, “moral social”, um conceito de Durkheim a autonomização das esferas sociais que Weber bem descreve.

Podemos, assim, perceber que há várias formas de analisarmos um edifício ideológico. A definição de classes, consciência de classes, interesse de classes, como categorias institucionalizadas. O modo-de-produção, a classe hegemônica que o sustenta, as instituições dominadas pela classe hegemônica, partindo do ponto de vista de Marx.

Se pensarmos em uma instituição como um todo, assim, partiríamos de um conceito em que há, de um lado, o edifício organizacional e, de outro, o edifício ideológico. Seria muito simples uma definição como essas. No entanto, se não buscarmos as especificidades das relações dentro das instituições, correremos o risco de cair em um reducionismo de ver simplesmente estruturas funcionais, onde as pessoas, com suas idéias e os objetos com que lidam, seriam vistos como engrenagens de uma máquina, quando há muito mais coisas a se analisar.

Um conceito possível para ideologia é o de sistematização de valores culturais. Quer dizer, um sistema de ideias que são internalizadas, de tal forma, que deixam de ser apenas idéias. Com o tempo, essas ideias se tornam tradições, de maneira a se consolidarem como culturas. O que parece ser algo banal como, por exemplo, a preferência por uma espécie de tradição, pode muito bem ser aplicado na política de Estado, dentro das empresas, em diversos espaços de âmbito público e privado. Se pensarmos uma ideologia como um sistema aberto, ela será apenas algumas idéias que não necessariamente permaneceriam no imaginário comum, sujeitas a serem assimiladas por outras ideias, tornando-se secundárias. Pensar uma ideologia como um sistema fechado não significa fazer com que as ideias deste sistema se tornem herméticas, refratárias ao que vem de fora. Estruturadas coerentemente, dificilmente as ideias de um sistema fechado são batidas. Com o tempo e novas ideias ganhando terreno, velhas ideias de um sistema ideológico tendem a perder importância. No entanto, esse processo de mudança é muito lento e longo, e depende da descrença de muitas pessoas quanto a um sistema ideológico já internalizado na mente delas.

Ideologias são, por assim dizer, um sistema de ideias bem concatenadas, que articulam uma forma de consciência coletiva. Diria Marx que uma ideologia como a burguesa criava uma falsa consciência social, e que a verdadeira consciência só viria com um processo que revolucionasse o sistema produtivo e as relações entre dominadores e dominados. Assim, se iniciaria um processo revolucionário de abolição das classes sociais, de maneira a criar uma verdadeira consciência de uma sociedade sem classes.

Feliz de Marx, por ter notado o processo de construção de uma consciência social. No entanto, a desigualdade social permaneceu. Por outro lado, a consciência de uma classe proletária, que era uma novíssima ideia, nos tempos de Marx, tornou-se uma falsa consciência que facilitou a ascensão de uma nova forma de burguesia dentro da instituição estatal soviética, composta por burocratas corruptos, dentro de um sistema de produção que, a bem da verdade, atuavam como uma nova burguesia.

Ainda assim, a matriz de Marx para analisar as sociedades, dentro de um processo dialético, me parece ser a mais bem indicada para pensarmos as instituições. Uma instituição, que é dotada de uma infra-estrutura, qual seja, o ponto em que ela se define como uma organização, e de

uma super-estrutura, que é o arcabouço ideológico que a sustenta. A infra-estrutura e a super-estrutura se realimentam em um processo contínuo.

Esse processo significa o atendimento a uma demanda. Quando essa demanda não é mais suprida, duas possibilidades são reais. A primeira é a de que, com uma instituição substituta, que possa suprir as deficiências da instituição anterior, e que não esteja em conluio direto com ela, vá preenchendo um vácuo de poder, até que se erga uma instituição fundamental para a questão que ele se propõe a atender. A segunda é, na falta de uma instituição alternativa, ela passe a ser cada vez menos operacional e, abandonada, ela se torna ilegítima. Sem nada que a substitua, os indivíduos tendem a passar por processo de quebras nas regras sociais que antes eram operacionais nessa instituição. Cria-se uma situação de permanente conflito, que pode até mesmo gerar uma luta sangrenta.

Daí, a importância de que a ideologia é fundamental nesse processo. Sem ela, não há uma referência para as regras sociais, de modo a se gerar uma situação incompatível com o processo civilizatório. Por outro lado, uma ideologia por demais inflexível também deixa de ser operacional, fazendo com que os participantes da instituição fiquem alienados, dentro do espaço em que estão inseridos para, com o tempo, buscarem se engajar em um processo de transformação da instituição, via luta política.

A distinção básica que temos aqui fazer é entre a definição de instituição e a de sistema de instituições. Uma instituição aqui é definida com um corpo em que uma infra-estrutura físico-hierárquica e uma super-estrutura ideológica estão reproduzindo uma a outra, justificando a atuação institucional, dentro de uma lógica de trocas simbólicas e concretas. Um sistema de instituições é uma espécie de instituição das instituições, ou seja, uma espécie de arcabouço institucional maior que regula o funcionamento das instituições, localmente falando. Quer dizer, uma instituição não tem autonomia, uma vez que o sistema de instituições maior lhe impõe limitações em sua atuação.

A Psicologia, como a Política, compartilham de um aspecto comum em alguns de seus mais importantes autores: a passagem do Estado de Natureza para o Estado de Cultura. Na Política, essa passagem deve se dá do ponto de vista do Contrato Social, seja este, de partes da sociedade em guerra ou conflito, perante uma situação de ineficiência institucional ou por conta da liberdade de escolhas dos indivíduos. Na Psicologia moderna, Sigmund Freud sustenta um modelo teórico de passagem da natureza para a cultura, levando em conta a dominação dos instintos animais do ser humano, sendo este um ser racional, para poder viver em sociedade.

Hobbes define que o indivíduo é ruim e destrutivo, e apenas com a construção de uma noção de lei, em que se define a propriedade, com um Estado governado por um soberano poderoso, e em nome da equidistância entre as partes em conflito, a partir da concepção de uma sociedade vigiada. Para Rousseau, o indivíduo é originalmente bom, o que o corrompe é a cultura e suas instituições. O exemplo dessa corrupção é a noção de propriedade, como sendo um roubo. Somente desenvolvendo a cultura e as instituições, por meio da soberania de um governo diretamente exercido pelo povo, é que se reverte em parte esse processo. Já Locke pensa em um Contrato Social, que prevê a liberdade do indivíduo, bom por natureza, para poder viver em sociedade, com suas livres escolhas, e exercendo o seu direito.

O contrato social significa tornar operacional uma instituição, engajar seus participantes em regras sociais de consenso, dar operacionalidade à organização. Podemos afirmar que o contrato social é, de fato, o ponto de partida para um processo de construção ideológica. Um pacto político de duráveis conseqüências. Sair do estado de natureza para o de cultura poderia, em nosso estudo, ser o sinônimo de eliminar a situação de anomia, em que a guerra total de Hobbes ou as instituições corrompidas de Rousseau são substituídas por um novo estado de relações sociais. Quer dizer, uma instituição que volta a funcionar, devido à paz negociada, entre seus participantes, em nome de uma autoridade com pulso firme e/ou uma consciência coletiva de que é preciso repensar a instituição e para que ela serve.

Do ponto de vista da Psicologia, essas regras funcionam como a contenção dos instintos animais que todo indivíduo possui. Tabus e rituais que definem a identidade do grupo e sua forma de viver o cotidiano se desenvolvem dentro da sociedade.

Se formos pensar que todo o indivíduo possui os seus instintos, e que não dá para dominá-los completamente, é crível que esse contrato vá sendo desvirtuado por lideranças ávidas por acumular recursos e disputas de poder. Isso resulta em um longo processo de corrupção dessas lideranças, enquanto outras se tornam mais violentas e combativas, a ponto de afastar a maior parte dos participantes da instituição. Sem regras sociais operantes, de repente dirigentes corruptos se tornam incapazes de deter lutas internas no seio da instituição, que podem significar sua queda e/ou sua transformação definitiva.

### **As mudanças históricas nas instituições**

Uma boa referência para se estudar as mudanças de sistemas de instituições e das próprias instituições são os estudos de Fernand Braudel, que analisa a evolução delas dentro de sistemas econômicos, sociais, culturais e de poder. O processo de mudanças institucionais não se faz do dia para a noite. As estruturas institucionais permanecem, sua lógica de poder mantém-se. No entanto, transformações sociais externas a elas vão influenciando na forma dela ser gerida, ao longo do tempo. Por exemplo, o surgimento de um novo instrumento de poder, como o livre mercado. O aumento ou a diminuição das taxas de crescimento demográfico. As formas de transportes e comunicações que vão sendo adotadas. A influência, vinda do exterior, de pessoas que trazem novas idéias para a sociedade. Etc.

As estruturas de poder, naturalmente, irão resistir porque elas só possuem o conhecimento daquilo que está ao seu alcance. Seus líderes poderão se sentir ameaçados, assim como os seus participantes. A própria presença de alguém novo já pode ser interpretada por essas pessoas com uma ameaça, mesmo que não seja, na realidade.

### **Transformações institucionais e Contrato Social**

Diante de determinados momentos históricos, Contratos Sociais podem deixar de ser operantes. Nesses momentos, é definir um novo Contrato que substitua os anteriores, seja por meio de um consenso que viabilize uma Reforma política, tal como a Restauração Meiji, ou uma revolução que substitua em grandes fatias uma estrutura de poder por outra. Podemos dizer que uma Revolução é o resultado de uma profunda transformação social, que resulta na refundação de um sistema de instituições, assim, como uma Reforma política, formalizada em um Contrato Social, com a diferença

que esta não envolve o rompimento institucional que o processo revolucionário engendra. Quer dizer, quando se é capaz de organizar um sistema de luta e hegemonia que supera uma instituição ultrapassada, ela pode ser totalmente remodelada. Mas isso só é possível dentro de um Contrato Social entre as partes fundadoras (ou refundadoras) da instituição.

Apesar da ruptura que envolve um processo revolucionário, as instituições não morrem com uma Revolução. Elas podem ser abolidas, mas permanecem no imaginário comum de uma nação. Muitas estruturas podem ser rompidas, mas os fundamentos básicos de uma organização social anterior ainda permanecem, fortes. Novas instituições podem até mesmo tomar a dianteira do processo histórico de uma sociedade. Mesmo assim, elas também podem acabar por reproduzir as mesmas lógicas de suas antecessoras abolidas. Porque existe a ideologia do Estado, onde, em uma Revolução, formaliza-se um novo Contrato Social, e a cultura tradicional, que está além do Estado.

É essa cultura que molda as instituições. Assim, se um reino cai e proclama-se a república, nem tudo que dirá respeito aos velhos métodos de disputa pelo poder deixará de existir. Stálin, como homem forte da URSS, utilizou-se dos mesmos instrumentos repressivos que os velhos czares, ao realizar transferências de populações rebeldes para a Sibéria. Isso já faz parte da cultura tradicional da URSS: a dificuldade em se viver dentro de estruturas plurifacetadas, e a centralização do poder feita, não mais por um czar, mas sim por um Secretário Geral de Partido, são sintomas de um mesmo problema. A Rússia pós-URSS pôde se tornar pluripartidária e algumas instituições de base foram sendo edificadas. No entanto, algumas das velhas tradições autoritárias permaneceram, uma vez que a falta de um autocrata centralizador criou um vácuo de poder, e não havia instituições políticas para substituí-lo. Em seu lugar, entrou um presidente formalmente eleito, mas com uma imensa quantidade de instrumentos de poder, que vai, desde o comando do Estado até a perseguição de políticos rivais e a censura na imprensa.

Obviamente, algumas instituições novas foram sendo introduzidas. O pluripartidarismo, o sistema econômico privado regulamentado, institutos independentes. Nada disso, porém, se tornou objeto de mudança. O centralismo do Estado russo permanece. O Estado policial, herdado da antiga Rússia czarista e da URSS, permanece com a sua velha lógica punitiva. As atuais vítimas disso são os chechenos, que vêm suas cidades sendo postas abaixo pelo exército, de maneira que a sua última opção poderá ser um exílio ao Leste.

Assim, as instituições são passíveis de serem transformadas e são agentes transformadores da sociedade. No entanto, elas não são capazes de, apenas com um Contrato Social, fazer de uma sociedade algo mais bem regulado. É preciso construir estruturas alternativas, com formas ideológicas novas, de maneira a aprimorar, dentro do imaginário comum popular, uma idéia de uma nova sociedade. Louis Althusser percebeu bem essas distinções, quando ele pensou a respeito dos aparelhos de Estado. Ele dividiu esses aparelhos em duas versões. A de aparelhos ideológicos do Estado, e a de aparelhos repressivos de Estado. Esses aparelhos são instituições que estão, na verdade, representando a hegemonia de uma instituição maior, que é o Estado. Essas instituições encerram para si mesmas um processo político-ideológico que é análogo a determinadas especificidades do funcionamento do Estado. Não significa que tenham exatamente o mesmo funcionamento que o Estado, mas estão fortemente influenciadas por uma ideologia hegemônica.

Assim, os aparelhos repressivos de Estado seriam, no limite, instrumentos de repressão e sujeição às regras estatais, de forma direta. Tais como a Polícia, as prisões, a Justiça, o governo, etc. De outro lado, os aparelhos ideológicos de Estado se prestariam a inculcar a ideologia nacional hegemônica em determinada sociedade. Assim, as escolas, as igrejas, as empresas, os hospitais, os sindicatos, todos eles estão atuando conforme um sistema ideológico produtivo hegemônico dentro da sociedade, que está diretamente ligado à forma como as elites políticas e econômicas acabam influenciando ou administrando as formas de funcionamento do Estado.

Pensando em Fernand Braudel, poderíamos traçar uma evolução das instituições, não em nível menor, mas sim em nível maior. O sistema de instituições também evolui e interfere nos moldes institucionais. Fatores como, por exemplo, o crescimento demográfico, são decisivos na construção no sucesso, ou não, de um sistema produtor de mercadorias industrializado. De um lado, a revolução tecnológica, e de outro, o grande crescimento populacional., fazem com que um grande excedente populacional seja excluído do sistema.

E o que faria um excedente populacional ? Certamente se transformaria em um fator de instabilidade para todo o sistema. Pensemos no impacto sobre a instituição família. Famílias numerosas, em que há um ancião sobrevivente, um casal e oito filhos. Enfim, 11 bocas para serem alimentadas. De que maneira isso seria possível em um local onde só existem indústrias ? Nas atividades agrícolas, em um sistema pré-capitalista, a maioria dessas 11 bocas se somaria ao casal trabalhador como mão-de-obra para a produção de alimentos. No caso atual, provavelmente, uma boa parte dessas bocas só se sustentariam, se buscasse as organizações criminosas que funcionam na região.

O Estado, com suas leis e impostos, se tornaria refém de diversas instituições do crime, que cobraria cotas absurdas para todos, desde o Estado e as grandes empresas até um pequeno comerciante. Isso significaria um alto custo para manter todo o sistema. Imaginemos se uma empresa jornalística preferiria trabalhar nessa ou em outra cidade. Onde um investidor preferiria colocar seu dinheiro ? Não são mais as regras de livre mercado, eficiência, enxugamento de pessoal e padronização que operam, e sim, os critérios daqueles que desenvolveram um sistema de redes criminosas que transcendem todas as organizações.

Mas essas redes só teriam maiores poderes, se tivessem instrumentos sofisticados. Por exemplo, possuindo conhecimento da informática e detendo um sistema de comunicações baseado em linhas telefônicas comuns e celulares, além da construção de um imenso banco de dados, elas saberiam bem quem estaria desafiando-as, e teria todos os meios para alcançar seus oponentes, para intimidá-los. Sem esses instrumentos, sua presença talvez seja bem menor do que a do jornal da região.

O sistema continua Capitalista, mas as suas instituições centrais, tais como as empresas e o Estado estão em franca decadência. Os investimentos estão cada vez mais escassos e a situação social do local piora, a cada dia, com a falta de políticas sociais funcionais. O resultado é que o local se esvazia e se torna simplesmente um território de guerras, até que um novo sistema de instituições, baseado em um Estado mais responsivo o substitua.

Mas vamos dizer que, apesar do crescimento populacional e da revolução tecnológica que impacta as instituições, exista um bom sistema de instituições educacionais. E, no entanto, as instituições religiosas são bastante influentes na construção social das famílias, de maneira que o controle da natalidade seja quase inexistente, e de forma que o Estado não seja capaz de estabelecer um sistema e plural de ensino. Assim, seria criado um paradoxo: de um lado uma população empobrecida, mas bem politizada. Por outro, uma situação explosiva de um Estado ineficiente e de um clero altamente influenciador. Ali estão as sementes para o crescimento do fundamentalismo religioso. Certamente, o crime organizado não é uma instituição tão politizada como um movimento religioso radical. O crime organizado é, apenas e tão somente, uma instituição de negócios, que usa da violência como meio de obtenção de renda e poder. Já a instituição religiosa possui um mecanismo de ideologização constante.

Os dois casos de instituições atuam sobre uma demanda. No primeiro caso, utiliza-se o Capital como meio de obtenção de poder e ilegalidades para atrair consumidores, de maneira que o Estado se enfraquece. Se a população não tem um Estado que a atenda, os criminosos possuem Capital para sustentar famílias numerosas. No segundo caso, o meio a ser utilizado é o da religião se sobrepondo ao Estado laico. Uma sociedade em que a maioria de sua população está em más condições de vida oferece uma enorme demanda a movimentos contra o Estado que, mal ou bem, representam um sistema de instituições. A promessa de uma vida extra-terrena e a cega obediência a uma entidade divina substituem a razão como meio de vida. A razão, inerente a padronizar, dar eficiência, e fornecer melhorias a toda uma população, em tese, não está funcionando. É preciso um outro sistema. Como esse sistema não está ao alcance, instituições anti-rationais vão se desenvolvendo para se tornar uma espécie de protetor do sistema que se impõe.

Em alguns casos, golpes e revoluções são o resultado. Criam-se blocos políticos de propostas alternativas ou reacionárias para um novo sistema de instituições. Poderíamos pensar em um sistema de instituições alternativo ao do Capitalismo, ou senão, um sistema de instituições que teria formas de funcionamento análogas ao Capitalismo, mas que estariam submetidas a leis não terrenas, usando de uma violência irracional, para deter um sistema tido como racional. Se chegarmos a um sistema dessa ordem, estaremos falando da decadência de um sistema representativo de poder, do Capitalismo, do individualismo, e estaria sendo colocada uma outra forma desse mesmo sistema institucional, onde o Capitalismo existe, mas submetido a instrumentos ideológicos de intolerância, como o ultranacionalismo, o fundamentalismo religioso, ou mesmo a religião materialista. Ou seja, um sistema de instituições em decadência, sem que outro esteja tomando seu lugar.

No caso em se descobrir uma nova forma institucional, o Capitalismo, mais do que entrar em decadência, pode se tornar apenas um micro-sistema de algumas poucas instituições, em meio a outros sistemas racionais, que se tornariam hegemônicos. Por exemplo, um socialismo não-burocrático que possa vir a ser criado. Certamente, o sistema de instituições Capitalistas não teria como impor os seus aparelhos ideológicos e repressivos, e muitos desses aparelhos ideológicos e repressivos estariam sob a condição de, ou mudar de mentalidade, ou ruir, perante instituições de cunho social cada vez mais presentes. Essa teria sido a fórmula da URSS e da China, se o Capitalismo, como sistema, não fosse hegemônico. Por ser um sistema hegemônico, era muito plausível que o sistema de

instituições capitalistas conseguisse controlar os aspectos mais básicos de sociedades tidas como socialistas, de maneira que os próprios líderes desses sistemas de instituições, observando, conscientemente ou não, a fragilidade deles, perante o Capital, criaram mecanismos ditatoriais para fazê-los sobreviver.

Obviamente, esses mecanismos até prolongaram o sistema de instituições tido como socialista. Mas, antes de criar uma fórmula alternativa, reproduziu-se os velhos sistemas, tais como o Feudalismo e o Capitalismo, até então nascente na China Nacionalista e na Rússia Czarista. Com a industrialização compulsória, o industrialismo, como sistema de instituições produtoras de mercadorias ascendeu na URSS, mas ao custo de enormes perdas humanas, de tal maneira, que sofreu uma crise de legitimidade e de eficiência, uma vez que os sobreviventes da sociedade soviética estavam desmotivados, perante os massacres e a falta de alternativas para o mundo em que estavam inseridos. O fim da URSS, antes de criar um sistema Capitalista que, já na prática, existia, expôs as mazelas de um Estado decadente, que não atendia às demandas populares, e da elite que o dirigia, transformada em uma grande classe de capitalistas gângsteres.

O que poderíamos aproveitar do velho discurso liberal, além da retórica em nome da liberdade individual? Se pensarmos no movimento liberal, como tendo sido apropriado pelas elites, via Capitalismo, poderemos compreender melhor que a ideologia liberal não é uma ideologia burguesa, mas sim uma ideologia apropriada pelo Capitalismo, a fim de maximizar os ganhos econômicos.

As leis de mercado são o maior exemplo disso. Elas ganharam uma conotação de leis naturais incontestáveis, enquanto sistema de troca de moedas. Mas será que alguém se deu conta de que elas são apenas uma parte de uma realidade maior? Alguns aspectos a serem pensados. Primeiro, a constatação, partindo de Adam Smith, de que é o interesse individual do comerciante, e não as solidariedades sociais, que daria à sociedade um maior ganho econômico para todos. Em segundo, a Lei de Jean Baptiste Say, do estabelecimento dos preços via equilíbrio entre oferta e demanda.

Vamos rebater e incorporar essas teses. Obviamente, há um ganho quantitativo, dentro da sociedade, quando a mão invisível do mercado estimula os competidores a serem uns melhores do que outros, criando uma maior eficiência geral. Mas isso não garante a integridade social de todos. Apenas os mais aptos a esse sistema sobrevivem como cidadãos, pois este sistema premia aqueles que mais acumulam renda, não apenas com bens materiais, mas também dando-lhes a hegemonia política e ideológica, dentro da sociedade. Um proletário, mesmo que não tenha seu padrão de vida piorado, não estará fazendo parte dessa sociedade, de maneira a ter autonomia a decidir questões que um sistema verdadeiramente democrático lhe concederia. Um proletário desempregado está em uma situação ainda mais desconfortável, pois, além de tudo, não está inserido dentro do processo produtivo. Obviamente, a liberdade é essencial para quem sabe melhor lidar com ela.

De outro lado, pensemos na Lei de Say. Ela é válida para o caso dos mercados, até que exista uma crise de superprodução que estimule uma depressão econômica, a partir de um ciclo que combina queda das vendas, queda dos salários, queda do consumo, queda do investimento, queda da poupança. Em condições normais, dentro de um sistema econômico Capitalista em expansão, essa Lei funciona. No entanto, ela é apenas parte de uma lei mais ampla. Digamos que a Lei de oferta e demanda funciona sem ser um determinante de preços. Supondo que não existe moeda em circulação

e assistimos a instituições que ascendem e que caem. Isso não se dá pelo aumento de consumidores que, via de regra, precisam de capital financeiro para comprar produtos ou serviços, mas sim pelo aumento do envolvimento de cidadãos, o que fortalece as instituições mais legítimas e faz com que as menos legítimas se enfraqueçam.

Assim, poderíamos pensar em uma Lei de Say parcial. Ela é válida para o sistema Capitalista, mas a sua essência é válida em qualquer sistema. Um equilíbrio de oferta e demanda que signifique legitimidade entre cidadãos e instituições. O liberalismo político percebeu bem essa realidade, apesar de tê-la supervalorizado-a, do ponto de vista da liberdade do indivíduo, fazendo com que essa liberdade passasse a se tornar um fim em si, e não um meio para se promover melhorias na sociedade. Por exemplo, um partido que atenda bem as demandas do eleitorado. Não apenas seu programa mas os governos que comandou e a tradição de boa governança que desenvolveu. Nas eleições, ele tenda a ser o mais bem votado. É a oferta partidária, diante da demanda popular.

No entanto, em um sistema Capitalista, esse partido precisa menos fazer bons governos. E mais passar a imagem de que está fazendo bons governos. Ele adere ao recurso da propaganda. E como se desenvolve a propaganda ? Apenas com grandes investimentos na produção de material publicitário, no pagamento a um especialista em marketing e de salários a comunicadores profissionais, tais como assessores de imprensa, por exemplo. No entanto, de onde vem esse investimento ? Em uma sociedade Capitalista, vem em muito maior quantidade de fontes econômicas mais poderosas. E quais são elas ? As elites econômicas. Assim, não veríamos sistemas democráticos, no sentido verdadeiro do termo, mas sim sistemas formalmente representativos, em que muitos maus governos podem passar pelo endosso popular, via propaganda.

Assim não falamos de uma oferta e uma demanda em equilíbrio, com a diminuição do preço, mas sim de uma oferta e uma demanda que, equilibradas, estão atendendo a um meio de troca, que pode ser econômico ou não. E, nesse caso, a definição de um preço mais baixo vem pelo fato de que pessoas que possuem quantidades suficientes de moedas podem ter acesso a determinados preços, criando categorias de produtores e de consumidores.

Ou seja, a moeda e o preço são meios de troca comum a todos os participantes do mercado. E os consumidores estão inseridos em uma ideologia que privilegia esses meios de troca. A moeda tem um valor fixo, e os preços tendem a se estabilizar em diversos locais, dada a competição. No entanto, antes de vermos os preços e as moedas como elementos da economia, podemos encarar preços e moedas como parte de uma instituição, que é o mercado. Assim, eles são meios de troca em comum, dentro de uma instituição específica. Nela, a ideologia é a do acúmulo. Quem acumular mais moedas, tem maiores condições de estabelecer os preços do mercado. Quem tiver menos moedas, terá que pagar por bens e serviços, mesmo que os preços sejam muito maiores que as possibilidades de compra. Assim, mesmo que todos possuam um meio em comum de troca, está regulamentado que apenas quem o mais o acumular é que terá um maior poder de participação.

Quer dizer, a Lei de Say fala de uma oferta e uma demanda que se equilibram, determinando um meio de troca ou comunicação de consenso. Mas esses meios são, conforme as formas em que as instituições se tornam regulamentadas, procedidas de maneira desigual. Um dólar é um dólar em qualquer lugar do mundo. Há um mercado determinando a sua paridade com outras

moedas e o valor de cada produto, conforme o modelo de competição ou monopólio ou oligopólio. E quem possui um bilhão de dólares terá muito mais poder de adquirir bens, contratar e dar ordens a empregados do que quem possui apenas dez mil dólares. Sendo uma sociedade de consumo, ele terá muito mais poder para consumir bens e serviços. O fato da aquisição supera o da legitimação. É a distorção que faz com que a instituição mercado se promova. A própria natureza do mercado é de, por vias de linguagem comuns, promover a desigualdade das trocas.

Mas a desigualdade das trocas não é exclusiva do mercado. Este pode simplesmente exprimir de uma maneira mais óbvia essa distorção. No feudalismo, onde o bem comum não é a moeda, mas sim a terra, a relação de forças também se estabeleceu de maneira desigual, de maneira que os não-proprietários das terras não tinham leis, apenas a proteção de seus senhores, que se ocupavam da guerra para mantê-las, contra os bárbaros. Dentro de organizações não-capitalistas, há aqueles mais habilidosos em falar sobre propostas políticas, por conta do conhecimento e também do carisma, e adquirem liderança e reconhecimento maiores do que uma pessoa menos participativa e menos articulada.

Assim, toda a troca é desigual, e em toda instituição, há relações desiguais de poder. Mas há algumas instituições onde isso é mais aceito, e onde é menos aceito. Digamos, no mercado, ter conhecimento das artimanhas financeiras, ter liderança para controlar uma empresa, e astúcia para realizar operações complicadas faz de um investidor uma pessoa mais poderosa. No Estado, um indivíduo mais astuto, carismático, mais bem relacionado com esferas de poder hegemônicas, maior conhecedor de determinadas leis e com a tendência a ser mais ousado em seus atos, é quem acaba por prevalecer. Em uma ditadura, indivíduos violentos são os hegemônicos. Em um sistema pluripartidário, essa violência é filtrada por outros elementos, tais como o carisma, a astúcia, o conhecimento de certas leis, etc. Não há apenas um atributo para uma pessoa ter maior poder nas trocas do que outras. Há diversos. E em todo sistema de poder, seja ele uma instituição ou um sistema de instituições, não há apenas uma espécie de liderança mais eficiente e eterna do que outras.

Há momentos hegemônicos, que acabam fortalecendo algumas possíveis lideranças, na disputa pelo poder, e geram violências aos demais membros. E assim, os mais desfavorecidos podem entrar nessa disputa, mesmo tendo a maior possibilidade de saírem perdendo. Basta que a violência da instituição lhes pese demais, a ponto de não considerarem mais nenhuma possível perda. Assim, entre serem expulsos ou eliminados da instituição e estarem dentro dela, em desvantagem, eles passam a não distinguir mais nenhuma das duas opções. Podem transformar as instituições por dentro, realizando uma grande transformação interna, ou podem, no que é mais provável, serem expelidos da instituição, fazendo-a cada vez menos legítima e mais restrita aos seus membros, transformando-a em, por exemplo, um clube fechado de elites.

Há um exemplo nesse sentido. Digamos que o comércio entre nações, dentro de um sistema de instituições capitalista promova paz porque promove trocas. Mas a desigualdade das trocas faz com que surjam excluídos de todos os tipos, bem ou mal articulados ou do ponto de vista material, incluídos ou excluídos do sistema de instituições baseadas no trabalho e baseadas na troca de mercadorias. Desta forma, surgem excluídos de todas as espécies, que vão aderindo em instituições à

margem da Lei. Por exemplo, o crime organizado, organizações extremistas religiosas ou ideológicas, grupos de pessoas alheias à realidade que se tornam bandos promotores de destruição.

Assim, nessa situação de extremos, a Lei já não é mais capaz de deter a demanda de excluídos. E aqui, podemos ver um contrato social que, sem funcionalidade, acaba não impedindo indivíduos de exprimirem seus instintos com maior facilidade. Em grupos criminosos, a dominação dos instintos tende a ser bem menor, uma vez que o propósito de reunião de seus membros é o de justamente libertar indiscriminadamente esses instintos. Eles saem de sistemas institucionais e instituições corrompidas, deturpadas pelos seus líderes, e distantes de seus objetivos originais, para iniciar uma luta política e/ou social violenta. Há aqueles mais bem inseridos, dentro desses sistemas institucionais e instituições que, ao sair delas, promovem instituições mais bem articuladas, e que criam meios positivos para a transformação, lutando de acordo com o Contrato Social, para melhorá-lo. Isso pode não fazer das instituições ou dos sistemas institucionais estruturas absolutamente não corruptíveis, mas pode fortalecê-las, perante o processo de transformação.

Este é o paradoxo das transformações. Elas não obedecem a uma lei pré-estipulada, mas sim a uma mão invisível. Mas o incrível é que essa mão invisível pode ser contida, de modo a não tornar as instituições e os sistemas que as hospedam propriedades de alguns poucos. Assim, podemos pensar, por que não, em uma utopia em que exista um liberalismo anti-capitalista. Ou seja, a liberdade de escolhas sem o Capital. E dentro dessa liberdade, um contrato social para não permitir que quaisquer disputas ou competições se tornem mais rasteiras ou até mesmo uma luta de vida ou morte. Ou seja, um liberalismo de instituições, mas um socialismo de distribuição de bens e símbolos de promoção e aceitação social.

### **O Papel Fundamental das Instituições na Sociedade**

*"Instituições são organizações ou mecanismos sociais que controlam o funcionamento da sociedade".* Têm como papel fundamental, baseando-se num conjunto de procedimentos/maneiras de pensar, sentir e agir, definem formas de alcançar determinados objectivos largamente aceites pela generalidade da população ou da sociedade. São elas responsáveis por garantir a democracia, a segurança da população, o desenvolvimento das empresas e até o crescimento económico de um o desenvolvimento das empresas e até o crescimento económico de um país... A população representa-se através das Instituições e com elas asseguram-se os princípios constitucionais. Representam, também, um sistema organizado de relações sociais fiéis a determinados valores de comportamento dispostos a satisfazer as necessidades básicas da sociedade.

As Instituições na democracia têm, na generalidade, como papel a promoção dos direitos humanos.

A cooperação entre órgãos de soberania através da criação das Instituições visa, segundo a "Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia", a dignidade, o direito à liberdade, a igualdade, a cidadania e a justiça. São direitos: *"reconhecidos a qualquer pessoa. No entanto, a Carta faz igualmente referência a categorias de pessoas com necessidades específicas (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência)".*

A minha concordância com a questão deve-se em absoluto ao facto das Instituições, através dos seus esforços, contribuírem para a equidade e justiça social. As Instituições são a “bengala” que suporta a democracia. Sem essas organizações a democracia seria restrita, estaria só ao alcance de alguns patamares sociais.

A “voz” dos mais necessitados sem o apoio de Instituições espelharia tudo, menos vivência num estado de direito democrático. Todas as Instituições têm papel importante na democracia.

Existem Instituições: Sociais, Políticas, Religiosas, Caridade, Educacionais, Científicas, etc. Exemplos: Associações profissionais, Centros cívicos, Clubes sociais e desportivos, Cooperativas, Cooperações, Grupos ambientalistas, Grupos por género, culturais e religiosos, Instituições de benemerência, Instituições políticas, Órgãos de defesa do consumidor, etc.

### **UNIDADE 1.3 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

As organizações sociais, OS, são consideradas como a estratégia central da reforma do Estado, uma vez que é esse o modelo que assume a redefinição do tamanho do Estado e a possibilidade de participação de outros setores da sociedade civil na prestação de serviços sociais e científicos (BRASIL, 1998a).

Isso responde a diretriz de descentralização e desconcentração recomendada no plano diretor e atende a concepção de orientar novas funções do aparelho estatal – setor de serviços não-exclusivos do Estado – ou seja, a execução de atividades antes consideradas de carácter estatal passa a ser realizada por instituições sem fins lucrativos.

O que se torna diferente para a gestão pública é a decisão que institui o reconhecimento, pelo Estado, dessa condição de organização social, uma vez que tais entidades já existem juridicamente. Conforme o Mare (BRASIL, 1998e), as organizações sociais (...) são um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica.

Trata-se de uma forma de propriedade pública não-estatal, instituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público.

As OS preenchem o espaço existente entre o Estado e o mercado, que comumente tem sido ocupado por instituições filantrópicas e por organizações não-governamentais, ONGs, que integram o grupo de entidades e serviços denominado terceiro setor.

Publicização é o conceito que explica e diferencia o modelo de OS proposto para assumir as funções do setor em que se insere em relação ao setor de produção de bens e serviços para o mercado, cujas atividades exercidas por empresas estatais são passíveis de privatização – passagem de uma empresa estatal, mediante mecanismo de compra e venda, para a iniciativa privada, que visa ao lucro e que tem total autonomia sobre o serviço adquirido. Publicização significa destinação de um bem público para uma instituição pública não-estatal, estabelecida mediante contrato de gestão, em que são expressos os objetivos, as metas e os compromissos das partes envolvidas, possibilitando o efetivo controle pelo Estado e pela sociedade civil organizada (BRESSER PEREIRA, 1997; BRASIL, 1998a).

Nessa situação, há ainda forte presença do Estado, seja na organização, seja na implementação e no financiamento de tais organizações. O modelo de organização social opera baseado na lógica de um "sistema de competição administrada", que privilegia as organizações públicas não-estatais, que podem ser competitivas entre si, ao prestar serviços e obter financiamento do Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

A qualificação das instituições da sociedade civil como OS dá –se por lei, que possibilita o repasse de equipamentos estatais, de recursos humanos e de financiamento necessários para a manutenção dos serviços regidos por contrato de gestão.

Os argumentos em defesa das OS são fortemente embasados na crítica administrativa ao presente funcionamento do aparelho estatal no qual se constata ineficiências da administração pública, corporativismo das categorias funcionais, manipulação política dos governos que se alternam, morosidade nos atos administrativos e constrangimento na efetivação de medidas punitivas, entre outras.

#### **UNIDADE 1.4 A RELAÇÃO INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL**

No decorrer do período de institucionalização e profissionalização das ciências sociais no Brasil, particularmente a partir da década de 1960, as visões totalizantes de nossa realidade social foram, até certo ponto, secundarizadas pelos estudos que sucederam as obras seminais de Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre. O amadurecimento do "campo sociológico" brasileiro priorizou trabalhos mais voltados para o esclarecimento sistemático de aspectos até então não suficientemente estudados de nossa formação histórica. Progressivamente, as reinterpretações de caráter totalizante perderam terreno em favor de estudos profissionais-especializados.

Contrariando esta tendência que podemos, sem maiores problematizações, qualificar de predominante, Jessé Souza há algum tempo trabalha na perspectiva de revitalizar as interpretações totalizantes a respeito da singularidade de nossa trajetória nacional, como bem demonstra seu estudo anterior dedicado à crítica das teses "iberistas" da formação do Brasil (Jessé Souza, *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*, Brasília, Universidade de Brasília, 2000). *A construção social da subcidadania* aprofunda tal empreitada na perspectiva da complexificação teórica de uma via alternativa de compreensão das antinomias inerentes ao processo nacional de modernização capitalista.

Antes de mais nada, é preciso dizer que a leitura deste livro transforma-se em uma experiência mais plena de significados – podendo, que fique explícito, ser lido sem nenhuma pré-condição – quando levamos em conta os argumentos contidos em *A modernização seletiva*. Uma das problemáticas mais decisivas de *A construção social da subcidadania*, ou seja, a da singularidade do processo modernizador periférico centrado na transferência sem mediações de práticas "impessoais" trazidas da Europa para o Brasil, dialoga fortemente com a crítica precedente de Souza à tradição sociológica que vinculou o "iberismo" a uma comparação envolvendo Brasil e Estados Unidos. Trata-se de uma grande gama de questões intimamente articuladas proveniente de um mesmo esforço, tão difícil quanto decisivo. E muito bem-sucedido, vale realçar.

[...] Como a naturalização da desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não a partir de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir de inícios do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna, posto que vincula a eficácia de valores e instituições modernas com base em sua bem-sucedida importação "de fora para dentro". Assim, ao contrário de ser personalista, ela retira sua eficácia da "impessoalidade" típica dos valores e instituições modernas (p. 17).

Ou seja, a desigualdade social brasileira não advém do fato de sermos "insuficientemente" modernos, como era de se esperar, tendo em vista as diferentes teses modernizantes que teimam em nos enfeitiçar – sobretudo quando pensamos no discurso político a respeito do crescimento econômico – até hoje. Mas é exatamente no caráter moderno da conflitualidade periférica brasileira que devem ser buscadas as chaves explicativas de nossas dramáticas contradições sociais. Compreender tal "modernidade periférica" implica, segundo o autor, subtrair-se do terreno marcado pelas descontextualizadas polarizações do tipo "pré-moderno/moderno" e que praticamente nada acrescentam à reflexão a respeito da singularidade da formação social brasileira. Ao mesmo tempo, implica também desenvolver uma visão alternativa balizada pela crítica da própria modernidade ocidental, em seus traços mais gerais.

Em um contexto de grande mobilização democrática e exigência de práticas inovadoras na área social, tem início uma intensa discussão para a formulação de uma política pública de Assistência Social, constitucionalmente assegurada.

Para tanto, faz-se necessária a elaboração de diagnósticos, estudos e propostas, promovidas pelo Estado, categorias profissionais e organizações da sociedade civil, compreendendo o significado político e o vínculo de tal área com os setores populares.

A construção social é profundamente fruto das relações sociais a ela inerente, o conjunto das organizações e instituições públicas e privadas, bem como as relações de força e poder é o que a determina.

## **CAPÍTULO 2**

### **A ANÁLISE DE PRÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE PODER, COTIDIANO, ATORES, PAPÉIS, FUNÇÕES, CONTROLE E MEDIAÇÕES.**

#### **UNIDADE 2.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS: relação entre o público e o privado**

A atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais. (Mota, 2000: 24)

A sociedade contemporânea vem passando por profundas transformações tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade como nos indica Mota. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva tem acarretado profundas mutações no interior do mundo do trabalho, sendo principalmente um enorme desemprego estrutural e um contingente crescente de trabalhadores em condições precarizados.

Ricardo Antunes (2002) vem nos falar ainda que nas últimas décadas amplia-se uma degradação na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado estas mutações no mundo do trabalho.

O capital assume em seu processo uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca, forjando um sistema societal estruturado por ele, “sendo uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente” (Antunes, 2002:21), subordinam em suas formas convenientes todas as funções reprodutivas sociais. Operou assim o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprias. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais mais nefastas são suas consequências.

Com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou-se uma divisão hierárquica do trabalho, viabiliza a necessidade da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca no qual o trabalho deve subsumir-se, constituindo assim uma poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, a qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação, esse se tornou expansionista e totalizante com o desenvolvimento do sistema global.

No processo de alienação o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, a condição de uma objetividade retificada sendo um mero fator material de produção, subvertendo a relação real do sujeito/objeto. Tais mudanças no mundo do trabalho residem na necessidade sentida pelo próprio capital em readaptar seu padrão de desenvolvimento objetivando a ampliar seus níveis de acumulação.

Ortiz (2007) enumera os resultados mais visíveis dos novos contornos ao mundo do trabalho como: contratação temporária, terceirização, estes sem cobertura previdenciária, sem estabilidade, cujos pagamentos são feitos ao trabalhador na condição de autônomo, e os com vínculo empregatício também não têm maiores garantias, sendo submetidos a um forte clima de insegurança e instabilidade no qual aqueles que permanecem devem trabalhar pelos excluídos, intensificando a jornada sob o discurso da polivalência, como se o rodízio das funções garantisse ao trabalhador o domínio efetivo do processo produtivo. E principalmente a fragilidade do tradicional padrão de assalariamento que é a única fonte possível de sustento da classe trabalhadora dentro da ordem burguesa ou categoria central na constituição da vida social.

Ao lado das metamorfoses do trabalho observa-se mudanças na esfera do Estado que concorrem ainda mais para a pauperização da classe trabalhadora, minimiza-o e restringe seu papel no espaço público e com isso transferindo à iniciativa privada funções que antes estavam majoritariamente sob seu domínio. As políticas públicas no corte neoliberal são focalistas, pontuais, compensatórias sem orçamento e sempre voltadas para atender os setores mais vulneráveis da população justificando a “filantropia empresarial” e o voluntariado. Surge a racionalidade de que cabe aos trabalhadores, entre eles os assistentes sociais gerirem seus próprios destinos ainda que em condições totalmente adversas e desiguais.

“Os assistentes sociais sofrem e compartilham das mesmas angústias e dificuldades sentidas pelos demais trabalhadores” (Ortiz, 2007:20). Devido ao seu principal empregador ser o Estado e esse em franco processo de redução de funções, torna-se dramática do ponto de vista da contratação de novos profissionais na esfera pública. Contudo tem gerado uma tendência de contratação nos pequenos municípios do interior significando de um lado uma alternativa aos recém-formados, por outro, devido às poucas vagas pelos baixos salários fazem os jovens profissionais buscarem um número sem fim de concursos e seleções.

Outra possibilidade de inserção no mercado é à entrada desse profissional nos diversos Conselhos, outro campo é a gestão de programas sociais, cabe ressaltar que tais cargos têm caráter temporário, mantendo-se enquanto durar o programa ou conforme as intenções governamentais, o que transmite insegurança ao profissional.

O terceiro setor é outra área que tem contratado os assistentes sociais que diante da programática neoliberal de minimizar o papel do Estado como principal prestador dos serviços sociais, tem assumido alguns setores deste segmento. O Estado contrata determinado projeto e é a partir desta relação de trabalho que é construída em padrões extremamente precários, sem garantia de prorrogação do contrato.

Na esfera privada outro campo em crescimento é a chamada “filantropia empresarial”, que consiste na tentativa de ação social por parte das chamadas empresas “solidárias”. A lógica que move estes empreendimentos nada tem a ver, nem com a pura preocupação com o bem-estar do próximo, e nem com as conquistas constitucionais, tais programas expressam a lógica de mercado. Não representando assim estabilidade aos assistentes sociais, pois depende da disposição da empresa em manter ou não os investimentos nos programas em questão.

“A terceirização e a precarização das relações de trabalho que assolam a todos os trabalhadores em potencial, também atingem os assistentes sociais” (Ortiz, 2007:21), o que nos reforça a necessidade de nos debruçar sobre os velhos desafios e ter uma maior capacidade de resposta às demandas enfrentadas no cotidiano pelo Serviço Social.

Conforme Cesar (1999), a institucionalização do Serviço Social nas empresas se deu mediante as exigências de eficácia, racionalidade e produtividade que o processo de modernização do capital impôs à sociedade. A necessidade de controle sobre a força de trabalho que emergiu, exigiu práticas profissionais que fossem capazes de conter os conflitos que surgiam nos processos de trabalho e que promovessem a integração dos trabalhadores mediante o que o processo produtivo determinava, garantindo assim a produtividade.

De acordo com a mesma autora, no âmbito privado “[...] o Serviço Social foi mobilizado para detectar e atenuar as tensões provenientes da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e do movimento de resistência dos trabalhadores [...]” (CESAR, 1999 p. 170). Neste sentido, os assistentes sociais sempre desenvolveram funções como: execução de serviços sociais centrados numa linha de trabalho educativa e integrativa dos funcionários, com vistas a suprir necessidades, resolver problemas, prevenir conflitos tudo isso buscando o enquadramento dos trabalhadores às exigências da classe burguesa, fazendo prevalecer a colaboração entre capital e trabalho.

No pensamento de Cesar (1999), as principais atividades do assistente social na empresa, são desenvolvidas a partir dos problemas que interferem no processo de produção dos trabalhadores, como exemplo: “[...] absenteísmo, insubordinação, acidentes, alcoolismo e também nas questões relacionadas à vida privada do trabalhador [... tais como] conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças [...]” (idem, ibidem, p.170).

Ainda complementa que a partir dos anos 1990, com a reestruturação das empresas, novas estratégias de gestão foram criadas e, que as políticas de recursos humanos foram redefinidas. Através de uma série de incentivos materiais e simbólicos, da participação em grupos e círculos de qualidade, e do envolvimento com a empresa, os trabalhadores são levados a comprometer-se com as metas e os objetivos da organização. É claro que estas estratégias encobrem o real interesse do capital que é obter a adesão e o consentimento do trabalhador para alcançar resultados de melhor qualidade, maior produtividade e conseqüentemente o lucro.

O assistente social continuou sendo recrutado para trabalhar nos Recursos Humanos (RH) das empresas, mas agora sob a nova demanda de educar o trabalhador para esse novo comportamento exigido pelas empresas, para gerenciar a força de trabalho que está em condições mais precárias e intensivas. Neste sentido, a autora complementa que as novas táticas de gestão e controle sobre os trabalhadores, estão atribuindo ao exercício profissional dos assistentes sociais na empresa uma nova feição, ao mesmo tempo em que alteram as condições que esta atuação se realiza. Neste ponto podem ser destacadas as seguintes condições de trabalho vivenciadas pelos profissionais: “[...] intensificação do trabalho [...] racionalização do trabalho [...] redução dos postos de trabalho profissional [...] instabilidade e a insegurança [...] sujeitos à desqualificação [...] multifuncionalidade [...] aferição da performance individual e/ou grupal [...]” (CESAR, 1998, p. 135-136 - grifo da autora).

Segundo Cesar (1998), todas essas questões ocasionadas pela reestruturação produtiva, além de provocarem sérias implicações para o exercício profissional dos assistentes sociais, também prejudicam o reconhecimento profissional do Serviço Social. Aponta que o Serviço Social continua com sua função vinculada às relações de trabalho, qual seja, intervir nas situações que interferem na produtividade. Há, porém, uma nova demanda para profissão segundo a autora: assessorar “[...] às chefias no trato de questões que extrapolam o âmbito fabril [...]” (idem, ibidem, p. 126). Esta demanda mostra como apesar das inovações tecnológicas, as contradições vividas pelos trabalhadores não foram superadas, ficando patente para a ação do Serviço Social na empresa à intervenção profissional nas questões relacionadas à vida privada do trabalhador que interferem no seu índice de produtividade.

O Assistente Social permanece sendo mediador nas relações entre chefes e subordinados. Também prossegue sobre a responsabilidade dos assistentes sociais nas empresas, a

prestação dos serviços sociais. Para Cesar (1998), esta última função, prestação dos serviços sociais/benefícios é uma demanda tradicional à profissão no âmbito empresarial. O Serviço Social, portanto, se inscreve em um contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder “[...] A prática dos assistentes sociais configura-se essencialmente contraditória e torna-se, mais ainda, pois a organicidade com os objetivos corporativos que lhes é exigida, esbarra na condição de serem os próprios profissionais vendedores da força de trabalho [...]” (CESAR, 1998, p. 144).

Por outro lado, a implantação nas empresas da reestruturação produtiva – a acumulação flexível – pode provocar alterações nos objetivos e inserção do Serviço Social no âmbito empresarial privado, por meio do deslocamento de suas funções, com uma atuação mais em nível gerencial. Isso inclusive por conta da utilização, pelas empresas, da estratégia de redução de custos, a terceirização, que esvazia as políticas sociais empresariais, historicamente a cargo do Serviço Social.

A reestruturação produtiva, tanto nas organizações públicas como nas privadas, vem impondo a todos os trabalhadores, incluindo também a categoria de assistentes sociais, mudanças que trazem repercussões como: precarização das relações de trabalho, ameaça de desemprego, exigências de polivalência, multifuncionalidade, desenvolvimento de novas habilidades, entre outros.

Dessa forma, ocorre um deslocamento do Serviço Social para a área de recursos humanos, na esfera da assessoria gerencial e na criação dos comportamentos produtivos, ou seja, clima social. Nessa dimensão, Serra (2001) alerta que o deslocamento do Serviço Social, para a área de recursos humanos, pode provocar uma disputa com outros profissionais, que tradicionalmente atuam nessa área, e cita o exemplo do psicólogo.

As políticas de Recursos Humanos reforçam a adaptação do trabalhador às exigências do processo produtivo, estimulam o trabalhador a acreditar estar participando de um processo que reflete suas necessidades e escolhas. Neste contexto, cabe ao assistente social, inserido na área de RH, propagar as normas e regras do jogo de compromisso, sendo sua prática profissional nas empresas, alterada pelas formas de controle da força de trabalho renovadas, nos processos e relações de trabalho.

O assistente social continua a ser requisitado pela empresa para intermediar as relações entre o trabalho e a vida particular do operário, o que muda é que essa ação está cada vez mais consolidada e integrada às estratégias de competitividade, baseada em uma política de parceria entre empresa e trabalhador.

Segundo Andrade (1999), com a implantação de programas de qualidade de vida no trabalho, o assistente social tem como função o monitoramento do processo e a instrumentalização de ações gerenciais, em busca de melhorias contínuas na Qualidade de Vida no Trabalho. A busca de soluções e carências nas empresas deixa de ser exclusiva dos assistentes sociais e passa a ser da alçada de todos os profissionais envolvidos na área de recursos humanos da empresa. Historicamente no âmbito empresarial, a resolução dos conflitos tem sido colocadas ao Serviço Social, mas, atualmente, com as mudanças nas práticas de gestão, a gerência vem cumprindo esse papel.

Como se pode observar, o serviço social de empresas é repleto de contradições e é claro que não poderia ser diferente, uma vez que a própria estrutura que o sustenta é contraditória, desigual e antagônica tendo suas demandas profissionais ampliadas. As ações profissionais desses, no âmbito

empresarial, sempre estiveram direcionadas à execução de políticas das organizações, mas atualmente essas ações permanecem com desdobramentos para a área de planejamento de políticas, principalmente, no que se refere ao enfrentamento do desafio da qualidade.

Pode-se verificar que atualmente existe uma mescla entre demandas tradicionais e atuais, o que muda são as estratégias de competitividade adotadas pelas empresas. Diante disto, os assistentes sociais, para apreender as mudanças no âmbito empresarial e não perder o seu lugar para outras profissões, não podem ter uma visão endógena da profissão, mas sim considerar todas as mudanças que, de uma forma ou de outra, trazem repercussões, no dizer de Antunes, à classe-que-vive-do-trabalho, incluindo a categoria profissional.

O assistente social sendo também um trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, que vende sua força de trabalho por um salário, é requisitado para atender tanto as necessidades do capital como as do trabalho, visando ao aumento do lucro e da produtividade das organizações. No entanto acreditamos que ainda assim existem brechas para desenvolver um trabalho que procure respeitar os direitos dos trabalhadores, procurando não perder de vista o seu compromisso com o Projeto Ético Político da Profissão.

Iamamoto (1998) sugere que para a apreensão e enfrentamento do cenário atual, marcado pelos aspectos já tratados, faz-se necessário uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica para construir alternativas, sem desconsiderar o caráter interventivo da profissão, o que exige o aperfeiçoamento técnico operativo. Buscar o efetivo engajamento político nos movimentos sociais e reconhecimento da dimensão política da profissão.

Mais do que a execução de tarefas exige-se de todos os profissionais, incluindo o assistente social a participação na condução e otimização do processo na compreensão e solução de seus eventuais pontos de estrangulamento. Necessita de trabalhadores capazes de pensar, propor e planejar defendendo seu espaço de trabalho, atribuições e direitos profissionais.

## **UNIDADE 2.2 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NAS EMPRESAS**

O serviço social como profissão. Na trajetória histórica do Serviço Social, podemos identificar várias correntes que discutem a questão da sua instrumentalidade, que trazem consigo um corpo conceitual específico que dá a esse tema um determinado significado. Entendemos por instrumentalidade a concepção desenvolvida por Guerra (2000) que, a partir de uma leitura lukacsiana da obra de Marx, constrói o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, compreendendo-a em três níveis: no que diz respeito à sua funcionalidade ao projeto reformista da burguesia; no que se refere à sua peculiaridade operatória (aspecto instrumental-operativo); e como uma mediação que permite a passagem das análises universais às singularidades da intervenção profissional.

Desde o período em que o Serviço Social ainda fundava sua base de legitimidade na esfera religiosa, passando pela sua profissionalização e os momentos históricos que a constituiu, a dimensão técnica-instrumental sempre teve um lugar de destaque, seja do ponto de vista do afirmar deliberadamente a necessidade de consolidação de um instrumental técnico-operativo "específico" do Serviço Social (falamos aqui em especial da tradição norte-americana, que teve forte influência sobre o Serviço Social brasileiro, sobretudo entre os anos 40 e 60), seja no sentido de afirmar o Serviço Social como um conjunto de técnicas e instrumentais em outras palavras, uma tecnologia social.

Em outros momentos, no sentido de atribuir à instrumentalidade do Serviço Social um estatuto de subalternidade diante das demais dimensões que compõem a dimensão histórica da profissão. As profissões se criam como especializações do trabalho coletivo para atender necessidade, portanto, o Serviço Social surge num contexto de administração de carências materiais, sendo legitimado pelo capital na qualidade de principal requisitante institucional.

Na empresa a prática do Serviço Social não escapa a essa generalização. Nela, a despeito de algumas singularidades, o Serviço Social também é assumido como um instrumento de intervenção nos "problemas sociais", entendidos como situações de carências do trabalhador que interferem na produtividade da força de trabalho. Assumindo assim, a função técnica específica no interior das empresas ? mediar soluções de carências e conflitos dos trabalhadores. Por esta razão, aspectos políticos e técnicos, intimamente relacionados, estarão presentes tanto no conjunto das ações do assistente social como na elaboração de suas referências teóricas-práticas, emergentes do próprio desenvolvimento da prática profissional na empresa, cujo destino não é apolítico nem histórico. Esta identidade aponta, portanto, para a existência de um projeto social, dentro do qual se inscreve a requisição da profissão, e exige que, diante dos diversos fenômenos que a empresa elege como passíveis de intervenção. Nesta ótica, pode-se, então, inferir que a ação do Serviço social nas empresas é polarizada entre a convivência objetiva com as condições de vida e trabalho do empregado e as prerrogativas da entidade.

A justificativa da inserção do Serviço Social é discutida pelos profissionais a partir das funções da empresa capitalista e da significação dos problemas sociais do trabalhador na obstaculização/facilitação da produção. Essa relação se apresenta, como de natureza complementar, representada do empregador e dos empregados em função do que cada um necessita para satisfazer suas necessidades. Tais necessidades são, em tese, a compra da força de trabalho e o salário. Pensar o Serviço social enquanto processo de trabalho é um tema bastante discutido na categoria sendo motivo de divergência entre os vários autores que o discutem. Nesse sentido serão abordados pensamentos de autores que fazem discussões em torno desse tema, como Iamamoto (2007), Granemann (1999) e Lessa (2001). De acordo com esse último, o Serviço Social não se configura como um trabalho, pois não atua diretamente com a transformação dos recursos da natureza necessários para a reprodução social.

Ele afirma que o Serviço Social se configura como um complexo social, responsável pela organização dos indivíduos para o trabalho. Entretanto, Iamamoto (2007) e Granemann (1999) afirmam que, o Serviço Social se materializa como processo de trabalho partindo da premissa de que possui um objeto no qual intervêm, sendo este, a questão social e suas refrações. Possui, também, instrumentos de intervenção firmados nas bases teórico-metodológicas, apreendidas enquanto profissão regulamentada, materializando-se em entrevistas sociais, reuniões, encaminhamentos, pareceres sociais, etc.

Um terceiro elemento que as autoras utilizam para compreender a profissão como processo de trabalho são os "produtos", ou seja, os resultados desse trabalho. O Serviço Social intervém nas relações sociais, e, a partir da execução de seu trabalho pode contribuir para a construção de uma outra sociedade onde haja a superação da contradição capital e trabalho que potencializa a

questão social. Nesse sentido, o produto da intervenção profissional pode se configurar de forma diferenciada de acordo com o local no qual os assistentes sociais estão inseridos. Nessa perspectiva o serviço social não atua de forma isolada de outros profissionais, por estar inserido em um processo coletivo de trabalho para atender as demandas postas pelo sistema capitalista. Com a reestruturação do capitalismo, surgem novos desafios para todas as profissões, e o Serviço Social precisa interagir com as mesmas para atender às necessidades decorrentes da nova conjuntura e implementar estratégias de enfrentamento ao agravamento da questão social.

Dessa forma, objetivamos evidenciar o Serviço Social enquanto processo de trabalho e sua inserção em um processo coletivo. A partir dos pontos elencados anteriormente, neste contexto capitalista, neoliberal, demarcado pela desigualdade sócio-econômica entre ricos e pobres, onde estes últimos sofrem com a discriminação, com a pobreza, com a focalização de políticas sociais, e em linhas gerais, com a má distribuição de renda socialmente produzida, o Serviço Social configura-se como processo de trabalho atuando no enfrentamento as seqüelas da Questão social, com profissionais embasados em referenciais teórico-metodológicos e comprometidos com o projeto ético-político da profissão, na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, mediando esses conflitos, e estando ao lado de outros profissionais para garantir a efetivação de políticas públicas.

Nessa ótica, pode-se concluir que a problematização e intervenção do assistente social são pautadas nos limites dos objetivos da empresa, excluindo a possibilidade de tais manifestações serem expressão da negação do trabalhador. Ao assumir as representações dos fenômenos como evidências, nada mais coerente que ter nos entraves à produtividade seu objeto de conhecimento e intervenção. Razão pela qual a ação do assistente social na empresa privilegia a relação empregadora e empregada. Logo, seu âmbito de ação é limitado ao contexto da compra e venda da força de trabalho, construindo um referencial que ressalta as condições de vida de quem vende a força de trabalho e a necessária ação humanista da empresa, desconhecendo, pois a prática de resistência do trabalhador ao processo de exploração capitalista.

2. O potencial negador do trabalhador ao focar a participação do trabalhador como requisitante potencial do Serviço Social nas empresas, afirmamos a sua participação na construção da prática da profissão.

Por outro lado, a presença das necessidades no cotidiano do trabalhador é problematizada na medida em que estas são expressas na consciência social, através do discurso da classe trabalhadora. Admitindo tais pressupostos, é possível concluir que as políticas sócio-assistenciais geridas pelas empresas não excluem a participação do trabalhador, na sua formulação, inclusive como estratégia de atendimento a interesses tanto do capital como do trabalho.

Da mesma forma, na medida que o assistente social é requisitado pela instituição, para atuar na administração e execução dos serviços assistenciais, sua ação atende a prioritariamente ao capital sem, contudo, excluir o atendimento ao trabalhador, nos limites dados pelas condições objetivas existentes. Na verdade, a exploração de uma classe sobre a outra é condição para a acumulação e reprodução do capital, de um lado, e da reprodução da força de trabalho, por outro lado. Entretanto, as relações de produção capitalista têm uma natureza dialética e, por isso mesmo, somente podemos compreendê-las numa perspectiva global, a partir do próprio conceito de modo de produção.

Temos de esclarecer que as idéias do trabalhador não se construiriam numa simples ratificação da ideologia dominante. Antes, são formas de manifestação que, por resultarem de uma relação dialética, podem permitir o surgimento, dentro de um projeto político de classe, de uma outra ideologia, de natureza contestadora.

Embora se esteja falando de um potencial negador, não se quer dizer que este potencial se transforme espontaneamente numa organização política de classe. Ao contrário, entendemos que tal superação somente poderia ocorrer a partir da emergência de situações sociais críticas agentes, em um determinado momento histórico objetivo; ou ainda, pela via da organicidade política com os intelectuais.

Não se trata, pois, de reduzir a consciência social de uma classe a características internas. Trata-se de admitir uma categoria de trabalhadores enquanto possibilidade de virem a se transformar em força social, em havendo condições propícia ao desenvolvimento da práxis transformadora no meio incluso. O discurso dos trabalhadores, aqui utilizado, expressa o nível da consciência real da sua participação nas políticas sociais das empresas, enquanto suprimento de suas necessidades e quanto empregado de uma empresa capitalista.

Ora, na medida em que o Serviço Social é requisitado tanto pelo capital como pelo trabalhador, a sua prática será necessariamente determinada e guiada pela opção ideológica dos seus agentes ao projeto de uma classe ou de outra. Dentro do contexto empresarial, o trabalhador é considerado como usuário dos serviços prestados pelo assistente social. Desse modo, a consideração do potencial negador da classe trabalhadora, inerente à problematização da realidade e presente na requisição potencial dos serviços do assistente social, constituiu o elemento básico para a construção de uma nova prática do Serviço Social na empresa capitalista. Dessa forma, é preciso penetrar no discurso dos trabalhadores, seguindo, inclusive, a sua própria maneira de ordenar seu universo de vida e trabalho, cuja hierarquia, em geral, principia sempre pela instituição empresa.

Os trabalhadores identificam a empresa como seu empregador, especificamente no que se refere a pagamento de salário. Desse modo, o trabalhador aceita o objetivo e a posição da empresa, como uma condição para assegurar salário. Entretanto, ele reconhece as peculiaridades presentes na privatização do lucro. Todavia a relação entre capital e trabalho supõe alternativa de entendimento pelo trabalhador. São posições que se completam para haver produção, e não posições que se contrapõem.

Ao reconhecer e identificar o controle e poder da empresa o trabalhador os transforma numa norma não apenas de trabalho, mas de vida, a partir do quê, numa dialética de afirmação e negação de práxis, parece emergir uma ideologia do desânimo e da fatalidade.

Porém, por serem os serviços sociais situados na empresa e dirigidos para empregados assalariados, é possível também ver a questão a partir da existência de uma estratégia política da empresa para obscurecer o problema dos salários. neste sentido, seria admitido e, inclusive, institucionalizado o fato de os salários serem insuficientes para suprir as necessidades pela via do questionamento acerca do próprio "valor do trabalho", fato reforçado pela própria relação que o trabalhador estabelece entre serviços prestados e desgaste do trabalho. Por outro lado, a presença do assistente social na empresa é justificado pelo trabalhador com base na

experiência vivenciada como "cliente" ou na transmissão de informações de pessoas que utilizaram os serviços. O Serviço Social na empresa passa também pela questão da produção, o trabalhador, na verdade, retifica o conceito sobre aquela função.

Servindo-se de reais necessidades do trabalhador, o Serviço Social subordina-se, na realidade, aos interesses da empresa, constituindo pela ajuda, isto é, a promoção do homem, um mecanismo de dominação ideológica do capital sobre o trabalho.

Ao caracterizar o assistente social como um agente subalterno, o trabalhador decifra a lógica da fidelidade do assistente social ao empresariado, reconhecendo limitações, mas distinguindo intenções, o trabalhador coloca as necessidades e o trabalho do assistente social como circunstâncias que fazem parte de uma situação. Embora não possamos falar de um projeto, é possível observar o potencial negador do trabalhador na sua prática cotidiana. Por outro lado, ao perceber o jogo da empresa, e do Serviço Social tradicional, o trabalhador, ao mesmo tempo em que requisita e se beneficia da "ajuda", constrói e afirma o seu "potencial negador", apontando, inclusive, para uma nova prática do Serviço Social.

### **UNIDADE 2.3 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NAS ONG'S E OSCIP'S**

Temos conversado nos últimos artigos sobre o controle social exercido por meio da participação popular em Conselhos, Fóruns e Conferências, espaços de manifestação da cidadania realizada principalmente por intermédio das organizações não governamentais (ONGs). Temos também mostrado nossa preocupação quanto ao papel que as entidades, particularmente as que têm por objetivo a defesa dos Direitos Animais, devem exercer para o efetivo controle social. Entendido como o meio pelo qual a sociedade civil pode acompanhar a implantação das políticas públicas de interesse coletivo já existentes, o controle social também possui poder de propor novas medidas e acompanhar os recursos – humanos e/ou materiais – utilizados para sua execução.

Cabe discutirmos um pouco sobre o que é uma ONG, como deve ser constituída e qual o seu papel na sociedade.

As ONGs são associações do terceiro setor da sociedade civil que se organizam espontaneamente para a execução de certo tipo de atividade cujo caráter é de interesse público. Desenvolvem ações em diferentes áreas e mobilizam a opinião pública e o apoio da população para melhorar determinados aspectos da sociedade. A forma mais utilizada é a da associação civil – em contrapartida às organizações públicas e às organizações comerciais – com finalidade não econômica e não lucrativa. O que rege uma ONG é seu estatuto. Porém, como definição textual – aquilo que não é do governo – o termo é tão amplo que abrange qualquer organização de natureza não estatal.

Em âmbito mundial, a expressão foi usada pela primeira vez no Conselho Econômico e Social (ECOSOC)<sup>1</sup> das Nações Unidas (ONU) nos anos 1960, pela denominação em inglês non-governmental organizations (NGOs), para designar as organizações que não foram estabelecidas por acordos intergovernamentais.

No Brasil, começaram a se formar nas décadas de 1970 e 1980, apoiando organizações populares que tinham por objetivos a promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. Portanto, nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos

sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas.

Entende-se, então, que uma associação civil nasce da vontade autônoma de um grupo de pessoas que se reúnem em busca de um objetivo social ou com uma causa social em comum. De certo modo a criação de uma ONG é uma resposta que a sociedade encontra para apontar a incapacidade dos governos de realizar algumas funções. Porém seu surgimento jamais deve substituir o Estado, ou seja, as ONGs não podem ser comparadas ao poder público em suas ações sociais. Devem ser apenas um meio para impulsionar os governos para o sucesso de suas ações, e assim devem ser entendidas.

Como representantes de vigorosa mobilização da sociedade civil, organizam-se com o principal dever de cobrar do Estado o cumprimento de seu dever nas áreas às quais seus objetivos estatutários se afinam. Sendo assim, criar uma nova ONG só se justifica se essa nova organização for consequência de uma mobilização social que já existe, mas que precisa de ações mais ofensivas para mudar uma realidade. Pois, como nos chama a atenção o coordenador da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), em Brasília, o advogado Alexandre Ciconello, “atualmente, virou ‘moda’ fundar uma ONG e isso é ruim porque dá margem para a criação de entidades que estão preocupadas em conseguir dinheiro e não em fazer o bem”.

As ONGs conseguem, muito em função da credibilidade que conquistam na sociedade – que muitas vezes falta aos governos – e também da agilidade com que executam sua missão, provar que é possível mudar a sociedade para melhor com poucos recursos e em pouco tempo.

Resumindo, numa fala do antropólogo e escritor carioca, Rubem César Fernandes: “ONGs são grupos de pressão que buscam por um lado influenciar e democratizar políticas públicas governamentais, para que estas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e deem condições de vida iguais e justas no mundo todo e, por outro, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política”.

Dessa forma, podemos fazer uma reflexão sobre o atual papel das ONGs voltadas à Defesa dos Direitos Animais no Brasil, ou seja, em que estamos investindo historicamente? Na mobilização social, no controle social, na cobrança e fiscalização das políticas públicas ou na terceirização de serviços, que corre o risco de enfraquecer o papel do estado em nosso país?

O processo de crescimento e amadurecimento do Serviço Social como profissão no Brasil vem acompanhado do processo de desenvolvimento e configuração das Organizações Não - Governamentais (ONG's) a partir de uma constante construção conjunta e coletiva para garantia de espaços, identidades, direitos e políticas sociais. Cada qual, contudo, buscando trilhar seu próprio caminho, definir sua própria natureza e configurar sua própria identidade num mesmo contexto histórico e, muitas vezes, nos mesmos espaços geográficos.

### **Organização não-governamental**

Segundo a Associação Brasileira de ONG (ABDNG), a denominação Organização Não-Governamental não é representa um termo jurídico mas, social e historicamente construído. Apresenta-se como uma ou “um conjunto de entidades com características peculiares e reconhecidas pelos seus próprios agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública”. Geralmente enquadram-se como

entidades sem fins lucrativos, tais como, associações e ou fundações, reconhecidas ou não, formal ou informalmente, por órgãos governamentais nas instâncias municipais, estaduais e federal.

No Brasil, as ONG's originaram-se de um processo marcado por um prolongado período de ditadura militar e de um recente período de abertura democrática o qual gestou uma nova sociedade civil organizada, conduzindo lutas e multiplicando princípios como participação, descentralização e universalização de direitos sociais.

Suas motivações apresentam-se através das possibilidades de autonomia, flexibilidade organizativa, e acessibilidade da maioria da população às políticas sociais públicas. Apresentam-se com uma nova face configurada através dos novos movimentos sociais: da negritude, das mulheres, dos sem-terra, dos ambientalistas, dos homossexuais, dos indígenas, das populações das periferias das cidades, dos meninos e meninas de rua, dos portadores de DST/AIDS, contra a fome e a miséria, dentre outros. As ONG's desdobram-se de intenções e ações de projetos já empreendidos: pelas igrejas, comunidades, órgãos governamentais e de outras organizações não-governamentais.

Na Constituinte de 1988, foram alavanca fundamental na conquista dos direitos sociais, vislumbrando para maioria da população, a possibilidade de se encararem como cidadãos; concomitantemente, conquistaram seu reconhecimento social e político através do alargamento do conceito e representação de entidade e de ONG pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Ou seja, a aproximação entre o Serviço Social e as ONG's - resultado de um processo dinâmico de conflitos, contradições e consensos – se efetiva através de um instrumento legal fundamental para a categoria dos assistentes sociais – a LOAS.

A importância da presença e do papel das ONG's no cenário nacional e internacional, como espaço e instrumento de defesa dos direitos da população econômica e socialmente excluída, propondo e desenvolvendo ações que atentem, desafiem e comprometam o poder público no seu compromisso de prover políticas sociais públicas com qualidade e efetividade garantidas através do controle e da participação da população usuária.

A necessidade, possibilidade e importância dos Assistentes Sociais apreenderem novos conhecimentos e habilidades, ocupando novos espaços profissionais (em organizações governamentais e não-governamentais), desenvolvendo ações intersetoriais, compondo equipes interdisciplinares, ampliando seu universo cultural, técnico, político e conceitual, propondo e projetando experiências criativas, inovadoras, originais e de impacto social;

Vislumbramos portanto, a constante aproximação das ONG's como espaços potenciais para a ação do Assistente Social e de demais profissionais, desafiando-os a construir, dinâmica e efetivamente um novo perfil técnico, teórico e político capaz de responder às reais demandas sociais num contexto de permanente mudança

### **AS OSCIP's**

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - mais conhecida pela sua abreviação **Oscip** - é uma qualificação outorgada no âmbito federal pelo Ministério da Justiça a associações e fundações de direito privado e instituídas pelo particular, que a requererem, atendidos os requisitos da Lei Federal n.º 9.790/99, à qual se submetem.

Muitas iniciativas de empreendedorismo social constituem-se com o formato de **Oscip** e assumem o desafio de colocar em prática o que diz a lei.

Em seu nascedouro, a Lei das **Oscips** foi considerada como o "marco legal do terceiro setor" por trazer ao ordenamento jurídico regras e princípios mais contemporâneos para nortear a atuação de organizações sem fins lucrativos, de direito privado e de iniciativa exclusiva da sociedade civil, que perseguem o interesse público. Buscou aperfeiçoar o modelo de organizações não governamentais e sua gestão no Brasil.

Reconheceu uma esfera pública não estatal, com diversas finalidades de interesse público, parte do conjunto de temas de áreas de atuação da sociedade civil que inclui, entre outras, a proteção ao meio ambiente, a promoção da cultura, a defesa dos direitos humanos e a construção de novos direitos, além da assistência social, saúde e educação, dando guarida institucional a causas que passaram a ser reconhecidas a partir da década de 80.

Determinou um modelo de governança com base na transparência e prestação de contas, o que exige o desenho de um sistema de órgãos de controle, com a obrigatoriedade de existência de Conselho Fiscal ou equivalente.

Permitiu a profissionalização de suas diretorias, na medida em que facultou a remuneração de seus dirigentes e daqueles que lhes prestem serviços específicos, sem a perda de isenções tributárias.

Criou o Termo de Parceria, uma espécie do gênero Convênio, que tem regramento próprio, inspirado no que diz a Lei de Licitações e respeitando o que deve ser observado na utilização de recursos públicos, mas de maneira mais adequada à realidade do Terceiro Setor quando este se relaciona com o Poder Público para executar projetos de interesse comum.

A previsão de auditoria externa independente quando o repasse de recursos for relevante nos termos do que rege a norma, entre outras regras advindas da relação, é ilustrativa dos mecanismos de controle.

No geral, a qualificação como **Oscip** traz vantagens em si, que podem ser traduzidas em chancela de idoneidade perante terceiros, por impor um padrão mínimo de governança para as organizações, com melhores práticas a serem exercidas.

Importante registrar também a extensão do benefício que já era destinado às organizações detentoras da Declaração de Utilidade Pública Federal, instituída pela Lei n.º 91/35, que é a possibilidade de ofertar incentivo fiscal a empresas doadoras, que tributem pelo lucro real, para as entidades qualificadas como **Oscips**. Pessoas físicas não estão autorizadas pela legislação tributária a fazer doações com esse incentivo fiscal.

### **Princípios**

A organização qualificada como **Oscip** deve observar os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, os mesmos que regem a Administração Pública, mas que aplicados no contexto das organizações da sociedade civil geram outras formas de cumprimento.

O princípio da Legalidade para as **Oscips** significa dizer que deverão cumprir o que diz a legislação vigente, os seus atos constitutivos e demais normas incidentes sobre as relações que forem travadas em seu âmbito.

Já o princípio da Impessoalidade determina que os processos decisórios das **Oscips** sejam imparciais e tenham mecanismos para proteger os conflitos de interesse que eventualmente surjam, não sendo possível beneficiar ou prejudicar pessoas.

O da Moralidade, que as escolhas de sua gestão sejam éticas e íntegras, como deve-se esperar de todo homem probo.

No que tange a Publicidade, que sejam divulgados seus atos e fatos, relatórios e contas, para que todo e qualquer cidadão tenha conhecimento se assim o desejar.

O princípio da Economicidade determina que a sua gestão deverá sempre observar, no dispêndio de recursos, o que tiver a maior relação benefício/custo, visando à otimização do emprego do seu capital, devendo as contratações serem a preços de mercado, justos e vantajosos para a organização.

O princípio da Eficiência conduz ao estabelecimento de metas, na formulação dos projetos, com indicadores claros para a avaliação de resultados.

A boa governança é fundamento que se percebe presente nessa lei e deverá ser seguido como diretriz importante para a execução de fato, para além do Direito.

O documento base da organização - seu estatuto social - deve respeitar as determinações pertinentes dispostas no Código Civil, avocando e construindo cláusulas que operacionalizem os comandos da legislação vigente. Quando qualificadas como **Oscip**, tem um conjunto de princípios e regras a mais a ser seguido.

Por ser ato vinculado da Administração Pública, para se qualificarem, basta que as associações e fundações cumpram todos os requisitos da lei, o que inclui a apresentação do estatuto social com cláusulas que expressamente garantam a sua adequação aos termos do que dispõe a lei e a entrega conjunta dos demais documentos exigidos.

Os empreendedores sociais que são gestores de organizações qualificadas como **Oscip** ou que pretendam obter a titulação têm, pois, esse desafio adicional na condução de suas atividades de materialização do interesse público. Isto porque, não basta estar qualificada como **Oscip** por direito, as organizações precisam exercer de fato as normas que as orientam.

### **O Serviço Social no Terceiro Setor**

O estudo , a discussão e a reflexão sobre o Terceiro Setor é assunto atual e pertinente no contexto acadêmico , à medida que se busca uma compreensão específica e atualizada sobre a atuação de diferentes profissionais nessas organizações , considerando a busca da qualidade social para os serviços prestados.

O Terceiro Setor se configurou, no decorrer dos últimos vinte anos , dentro de um contexto social , econômico e político marcado pela complexidade, incerteza , instabilidade e mudanças aceleradas, em uma dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico . Em contrapartida , de muita pobreza e desigualdade social .

Portanto , a dimensão e o significado do terceiro setor necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social , econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo .

A abordagem desse tema não pode ocorrer nem de forma “ ufanista ” como se o terceiro setor viesse ocupar o papel que é do Estado na formulação e execução de políticas sociais e nem de forma “ pessimista ”, negando a sua importância e a dimensão de suas ações no enfrentamento de diferentes manifestações da questão social brasileira .

A postura é a de buscarmos uma compreensão real e equilibrada do papel que as organizações do terceiro setor ocupam no contexto capitalista contemporâneo e, concomitantemente, as diferentes formas que diferentes áreas profissionais podem contribuir para o mesmo, dentre elas, o Serviço Social.

Nesse sentido, esse texto tem como intencionalidade suscitar uma reflexão sobre o terceiro setor, mas, além disso, sobre a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho contextualizado e de qualidade social.

#### **Terceiro Setor: conceitos**

O termo “terceiro setor” tem sido utilizado com frequência crescente e, por mais que, no contexto do Serviço Social, tenha sido recebido com ressalvas, cuidados, indiferenças e até críticas contundentes, não há como negar a evidência social, econômica e política que esse “Setor” tem alcançado no cenário internacional e nacional .

Tem se constituído em terreno fértil para a atuação de profissionais das ciências humanas e sociais, dentre os quais têm se destacado especialmente os administradores que, com primor profissional, têm transferido para as instituições não governamentais, de assistência social, educação, saúde, lazer, cultura, dentre outras, conhecimentos e técnicas de gestão segundo a lógica empresarial. E a lógica da gestão de políticas sociais, em que o assistente social muito pode contribuir, onde tem ficado? Perdeu-se na ênfase dada ao papel do assistente social na gestão de políticas públicas? Com essa indagação em mente, temos como primeiro grande desafio sobre esse tema à compreensão sobre o que vem a ser terceiro setor, sua configuração e principais características e desafios.

Diversos autores, que têm trabalhado esse conceito, partem da explicação inicial de que a sociedade atual está estruturada a partir de três grandes setores: o Estado (primeiro setor), o Mercado (segundo setor) e Organizações da Sociedade Civil que atuam sem finalidade de lucro com atuações de interesse público ( terceiro setor ). Sendo assim, o Estado atua na esfera pública estatal, o Mercado na esfera privada e o Terceiro Setor na esfera pública não estatal.

Embora a grande maioria dos autores, que busca uma conceituação do Terceiro Setor, não reforce o fato de que a Realidade Social não se configura de forma fragmentada, dividida em três setores , como se fossem fenômenos isolados entre si , enfatizamos que não podemos desconsiderar que esta Realidade precisa ser compreendida em sua totalidade social. Isto é, o político, o econômico e o social articulam-se indissociavelmente determinando a conjuntura e as demandas sociais.

Portanto, ao pontuarmos esses três setores de forma separada é tão somente para fins didáticos e de explanação, pois eles na realidade são profundamente interligados e interdependentes, compondo uma realidade social dialética e em constante processo de mudança; mudanças essas cada

vez mais aceleradas em um mundo contemporâneo marcado pela complexidade, incerteza e instabilidade .

Para fins dessa exposição vamos considerar “sociedade civil” aquela compreendida fora do aparato estatal, embora mantenha relação indissociável com o Estado à medida que o institui, o legitima e o mantém. A questão da cidadania também nos remete ao conceito de sociedade civil, pois civil implica que a sociedade é formada de cidadãos a quem são atribuídos direitos e deveres; são direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

Alguns conceitos de Terceiro Setor são trabalhados por diferentes autores que têm se destacado enquanto estudiosos do assunto:

[...] por Terceiro Setor entenda-se (...) a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado. (RODRIGUES, 1998 p.31).

(...) O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997 p.27).

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001 p. 07)

Portanto, o Terceiro Setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada, com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos. Avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos , tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia.

#### **A configuração histórica do Terceiro Setor:**

A partir desses conceitos podemos indagar: “ mas , essa organizações de caráter filantrópico e beneficente , em prol de uma causa específica , não existem desde os primórdios da humanidade ?”. De diferentes formas pra atender a diferentes demandas, elas sempre se fizeram presentes. O que mudou?! Por que agora essa configuração de Terceiro Setor ?!

As organizações que compõem o Terceiro Setor evidentemente não são novas. Como exemplos tradicionais no Brasil, temos as Santas Casas de Misericórdia, cuja primeira unidade aqui chegou junto com Dom João VI. Temos as APAES (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), de expressiva presença no cenário nacional, e tantas outras Obras de caráter social filantrópico que se espalham por esse Brasil. E, mais recentemente, as denominadas ONGS, resultantes dos movimentos sociais que emergiram em plena ditadura militar , nos anos setenta, atuando na defesa dos direitos sociais das minorias, do meio ambiente, dos animais, etc.

Nova é a forma de se olhar e de se conceber essas organizações como componentes de um setor em franco desenvolvimento e crescimento em países como o Brasil, mas que começou nos países hegemônicos economicamente, tais como EUA, Inglaterra e França.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), divulgada em 2004, o Brasil possui 276 mil fundações e associações onde trabalham 1,5 milhões de pessoas, pagando salários e remunerações no valor de 17,5 bilhões !

Mas, quais seriam as causas da configuração e do crescimento acentuado desse Setor no contexto contemporâneo ?

A grosso modo, poderíamos apresentar três principais razões que explicam a emergência do Terceiro Setor :

- a substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem Estar Social pelo chamado Estado Mínimo , resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de Bem Estar Social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública , de importante presença no atendimento à questão social brasileira , reforçada, a partir de 1988, pela Constituição Federal seguida de diferentes leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos , que as promulgaram como dever do Estado e direito de cidadania ;

- a legislação social trazida pela Constituição Federal de 1988 e decorrentes Leis Orgânicas que , garantidoras dos direitos sociais e de cidadania , com ênfase na participação popular , implicou na necessidade do reordenamento técnico e administrativo das instituições estatais e da rede privada . Além disso, houve o surgimento cada vez mais atuante e participativo de grupos sociais organizados, buscando fazer valer os direitos e conquistas trazidas por essa legislação .

- o acirramento da questão social : profundas desigualdades sociais , pobreza acentuada, fome , aumento da violência , etc.

Nessa nova conjuntura política , social e econômica que vem se desenhando principalmente ao longo das duas últimas décadas , no contexto brasileiro , as organizações e instituições que atuam no chamado Terceiro Setor , principalmente na esfera da assistência social , educação e saúde , buscam não apenas sobreviver , mas atuar com qualidade social .

Essa postura tem sido dificultada por um processo contraditório e até mesmo cruel , pois a legislação social trouxe toda uma proposta política e técnica na qual devem se pautar essas organizações para uma atuação qualitativamente diferenciada das práticas assistencialistas e caritativas que historicamente marcaram a atuação dessas organizações . No entanto , ao mesmo tempo em que ocorreram essas mudanças, vimos crescer com grande força política e econômica a ideologia neoliberal, como respaldo da política governamental , a começar da instância federal , para determinar o “ Estado Mínimo ”, significando uma clara intencionalidade de repassar à sociedade civil responsabilidades conferidas à instância pública , conforme a CF/88 e Leis orgânicas decorrentes: Assistência Social , Educação e Saúde como direitos de cidadania e dever do Estado .

Portanto, é nesse contexto contraditório que as instituições brasileiras que configuram o Terceiro Setor atuam e em que o processo de gestão está em processo de construção: novas

ferramentas e novos paradigmas necessitam ser buscados para um gerenciamento que lhes garantam a sobrevivência com atuação de qualidade social .

Em função disso, podemos apontar alguns pilares que , atualmente , são sustentadores das organizações do terceiro setor : voluntariado forte , organizado e participativo; articulação e integração dos setores técnico e administrativo ; planejamento como instrumento principal de gestão ; o trabalho em “ rede ” e gestão participativa.

Compreender o cenário do Terceiro Setor também não é fácil , mesmo porque há uma diversidade muito grande de organizações que o integram, constituídas juridicamente como associações ou fundações , laicas ou de confissão religiosa . A abrangência de suas ações vai desde a prática puramente assistencialista e caritativa até pesquisas científicas financiadas por empresas ou instituições privadas , que buscam respostas para as grandes questões sociais , educacionais , ecológicas, dentre outras.

#### **Características e Desafios do Terceiro Setor :**

Apesar da diversidade das instituições que compõem o Terceiro Setor , elas compartilham de algumas características em comum , importantes de serem ressaltados:

A primeira delas é que , quando atuam na área da assistência social , saúde ou educação , geralmente trabalham com pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho , não tendo acesso aos bens e serviços necessários ao suprimento de suas necessidades básicas. Portanto, enquadram-se no artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que coloca a maternidade , crianças e adolescentes , idosos , famílias e portadores de deficiência como alvos de proteção , amparo e capacitação para que tenham qualidade de vida e acesso às políticas sociais .

A segunda característica dessas instituições é que, apesar de não se constituírem de caráter público , desenvolvem um trabalho de interesse público . Hoje a assistência social perdeu seu caráter, historicamente dado, de caridade, benevolência e favor, tornando-se política pública de garantia de direitos do cidadão. O mesmo aconteceu com a saúde e a educação. São direitos de cidadania garantidos pela Constituição Federal de 1988 e respectivas Leis Orgânicas. O atendimento a esses direitos, portanto, faz parte de um interesse público e, qualquer instituição que trabalhe na perspectiva de defesa desses direitos e garantia da cidadania, está cumprindo um fim público, pois se volta para o outro que, de alguma forma , está sendo explorado, excluído ou destituído.

Uma terceira característica que lhes é comum é que são entidades que não mantêm uma relação mercantil com a sociedade. Não trabalham voltadas para o lucro no sentido do interesse capitalista. As receitas advindas de doações, convênios e/ ou prestação de serviços, são revertidas para a própria instituição, não havendo distribuição de “lucros” entre seus diretores ou associados . Esse é mais um dado que as enquadra como instituições de assistência social, segundo o artigo 3º da LOAS .

Como quarta característica em comum destaca-se o fato de não serem instituições estatais, embora mantenham vínculos com o Estado por força de convênios, relações de parceria e cadastro nos Conselhos Municipais, conforme artigos 9º e 10º da LOAS. São organizadas fora do aparato estatal e são auto governadas. Isto lhes dá certa autonomia de ação e definição de diretrizes

em relação ao Estado, embora estejam sob a fiscalização dos Conselhos, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 9º da mesma Lei.

A quinta característica é configurada pela presença do voluntariado que atua em prol da manutenção e sobrevivência dessas instituições, participando diretamente do seu gerenciamento também.

Como sexta característica podemos apontar a possibilidade de obterem a qualificação de CEBAS ou de OSCIP. O certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) pode ser pleiteado junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, desde que a instituição preencha os requisitos exigidos, dentre eles, o de atuar diretamente na área da Assistência Social. Já o certificado de Organização da Sociedade Civil que atua com Interesse Público (OSCIP) pode ser solicitado junto ao Ministério da Justiça, com uma abrangência maior de instituições que podem alcançar essa qualificação. Uma mesma instituição não pode acumular os dois certificados .

Portanto, as organizações que compõem o Terceiro Setor,

- Atuam em uma diversidade e variedade de questões que afetam a sociedade na área da assistência social, da saúde, do meio ambiente, da cultura, educação , lazer , esporte , etc.

- Nas áreas da assistência social, educação e saúde, geralmente, prestam atendimento a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho.

- Trabalham na defesa e garantia dos direitos dessa população;

- São de caráter privado, mas desenvolvem um trabalho de interesse público ;

- Não têm finalidade de lucro no sentido mercantil da palavra;

- Não são estatais , embora mantenham vínculos com o poder público .

- Contam com o trabalho de um corpo de voluntariado,

Diante dessas características comuns às instituições da sociedade civil que atuam com interesse público (enfocando as que se inserem na esfera da assistência social , educação e saúde ) e, considerando a atual conjuntura política , social e econômica que tem determinado o sucateamento das políticas sociais públicas, quais principais desafios se colocam às organizações que compõem o Terceiro Setor ?

Por comportar uma diversidade de organizações e uma multiplicidade de ações, e por constituir-se em uma expressão ainda pouco utilizada no Brasil, o Terceiro Setor enfrenta alguns desafios, dentre os quais destacamos:

- a necessidade de maior divulgação sobre o que ele é, como é formado, como se expressa no panorama nacional e na execução de ações de interesse público , sua vinculação com o Estado e com o setor Privado, etc.;

- buscar recursos financeiros mais estáveis para a sua sustentabilidade financeira , técnica e administrativa ;

- incentivar, mobilizar e criar condições para uma participação mais contextualizada e atual de voluntários, tanto na manutenção financeira das organizações que o compõem, como no gerenciamento das mesmas e também na execução das atividades junto à população usuária. Que perfil de voluntário a realidade do terceiro setor hoje demanda?

Mas, um dos maiores desafios colocados hoje ao terceiro setor , é a melhoria da qualidade e eficiência da gestão de organizações e programas sociais que o compõem, sendo exatamente nessa questão que se faz de vital importância a atuação de profissionais de áreas específicas ligadas às ciências humanas e sociais .

### **A atuação do Assistente Social no contexto do Terceiro Setor :**

Diante dos conceitos, características, desafios, diversidade e do processo de configuração do terceiro setor, no cenário brasileiro, não há como negarmos a importância da atuação de diferentes profissionais, na perspectiva da ação interdisciplinar, tendo em vista o caráter profissional e técnico que os serviços prestados por esse setor necessitam assumir. Para tanto, há a necessidade do reordenamento administrativo e técnico dessas instituições, significando a construção de instrumentos e ferramentas de gestão adequadas às suas especificidades e singularidades. Nesse processo , profissionais de diferentes áreas podem contribuir significativamente e, dentre estes , o assistente social tem importante atuação , considerando a sua especificidade profissional .

Alguns requisitos são fundamentais a todos os profissionais que desejam atuar em organizações do Terceiro Setor. Dentre estes, destacamos:

- Ter um conhecimento básico sobre o que é o Terceiro Setor e as instituições que o compõem, bem como, mais especificamente, sobre a instituição onde irá desenvolver a sua ação: histórico, objetivos, missão, recursos, proposta de trabalho, dificuldades, possibilidades, limites, público alvo...
- Ter a visão da totalidade institucional, conhecendo o ambiente interno e externo da organização e, principalmente, o papel que pretende cumprir naquele determinado momento histórico e pelo qual deseja ser reconhecida!
- Conhecer a legislação atual que fundamenta a política de atuação junto ao segmento atendido pela instituição . Isso significa buscar nas leis pertinentes à ação institucional, respaldo legal para a um trabalho voltado para a garantia dos direitos da população atendida. A Constituição Federal de 1988; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA , a Lei Orgânica da Saúde , a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, etc., são exemplos do aparato legal que podem contribuir para garantir à ação do técnico , do Serviço Social ou de outras áreas , uma ação mais contextualizada, interdisciplinar e abrangente;
- Ter a concepção clara de que população atendida pela instituição é constituída por sujeitos de direitos e não meros objetos da ação profissional;
- Saber atuar em equipe, pois essa participação pressupõe o trabalho conjunto de pessoas que discutem e analisam situações e fatos concernentes ao âmbito de atuação, tomando decisões de encaminhamento e executando-as. Traz a ideia do trabalho coletivo, cujos membros partilham de uma visão claramente definida sobre os objetivos a serem alcançados, tendo em vista a totalidade institucional e a ação interdisciplinar;
- Produzir respostas profissionais concretas e práticas para a problemática trabalhada pela instituição, a partir de uma postura reflexiva, crítica e construtiva. Exercer a práxis profissional com compromisso e responsabilidade, primando pela capacidade de denunciar situações que necessitam ser superadas, mas também anunciando as formas de fazê-lo.

Mas, em se tratando da atuação específica do assistente social, acrescentamos que este profissional, necessita, além dos requisitos apontados, de possuir uma sólida formação profissional sobre,

- Os determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações ,
- As políticas sociais setoriais para o enfrentamento dessas manifestações,
- A relação Estado, Mercado e Terceiro Setor, discernindo o papel e função de cada um no contexto da formulação e execução dessas políticas; não esquecendo que cabe ao ESTADO o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social . O terceiro setor é parceiro do Estado e não o contrário.

Além disso, baseados na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº. 8.6662, de 07/06/93), podemos visualizar algumas atribuições específicas ao assistente social que atua na área do terceiro setor:

- Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social, conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS /93) e Sistema Único da Assistência Social ( SUAS /04), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição ;

- Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração , execução e avaliação do Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo do planejamento estratégico para organizações do terceiro setor ;

- Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição , definindo o perfil social desta população , obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares;

- Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;

- Realizar seleção socioeconômica, quando for o caso , de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social ; e nem o direito de acesso universal ao atendimento;

- Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;

- Intensificar a relação instituição / família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;

- Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio-assistenciais;

- Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;

- Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da instituição, quando solicitado;

No interior das instituições do terceiro setor a atuação do assistente social, sempre tendo como fim último o atendimento integral e de qualidade social, trabalhará no enfoque da garantia do direito de inclusão ao atendimento. Mas também , priorizará ações que caracterizam o alcance dos

objetivos, metas e diretrizes preconizados pelo planejamento estratégico institucional, para o qual deverá ter contribuição significativa .

A compreensão do que vem a ser o terceiro setor, suas características, desafios e forma de gestão se constitui em um desafio primordial para todos aqueles que desejam atuar nesse contexto. As transformações políticas, sociais, econômicas e legais, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos, determinaram novas diretrizes que trouxeram a necessidade de reordenamento da estrutura funcional e organizacional dessas instituições. Em decorrência, há a necessidade de ferramentas e instrumentos de gestão institucional específicas ao terceiro setor. Fundamentos teóricos e metodológicos da gestão pública e/ ou da gestão empresarial podem contribuir para a construção da gestão do terceiro setor, mas sem a simples transferência e adaptação de conceitos e paradigmas. São contextos diferentes, com características, interesses e objetivos específicos à natureza de cada setor . Por se constituírem em organizações da sociedade civil que atuam com finalidade pública têm a sua especificidade de atuação. Portanto, a gestão institucional no terceiro setor ainda é um processo em construção.

A atuação de profissionais competentes, comprometidos e participativos se faz de fundamental importância, dentre eles, o assistente social. Há a necessidade da inserção profissional, nesse contexto, ocorrer de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no âmbito do terceiro setor. BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 8.6662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

#### **UNIDADE 2.4 A PRÁTICA INSTITUCIONAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja a luta por um algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma identidade para a luta e defesa de seus interesses. Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras. Gianfranco Pasquino em sua contribuição ao *Dicionário de Política* (2004) organizado por ele e por Norberto Bobbio e Nicolau Mateucci, afirma que os movimentos sociais constituem tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para se alcançar determinados resultados.

Por outro lado, conforme aponta Alain Touraine, *Em defesa da Sociologia* (1976), para se compreender os movimentos sociais, mais do que pensar em valores e crenças comuns para a ação social coletiva, seria necessário considerar as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam. Cada sociedade ou estrutura social teria como cenário um contexto histórico (ou historicidades) no qual, assim como também apontava Karl Marx, estaria posto um conflito entre classes, terreno das relações sociais, a depender dos modelos culturais, políticos e sociais. Assim, os movimentos sociais fariam explodir os conflitos já postos pela estrutura social geradora por si só da

contradição entre as classes, sendo uma ferramenta fundamental para a ação com fins de intervenção e mudança daquela mesma estrutura.

Dessa forma, para além das instituições democráticas como os partidos, as eleições e o parlamento, a existência dos movimentos sociais é de fundamental importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação. Podemos citar como alguns exemplos de movimentos o da causa operária, o movimento negro (contra racismo e segregação racial), o movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do campo, movimento feminista, movimentos ambientalistas, da luta contra a homofobia, separatistas, movimentos marxista, socialista, comunista, entre outros. Alguns destes movimentos possuem atuação centralizada em algumas regiões (como no caso de movimentos separatistas na Europa). Outros, porém, com a expansão do processo de globalização (tanto do ponto de vista econômico como cultural) e disseminação de meios de comunicação e veiculação da informação, rompem fronteiras geográficas em razão da natureza de suas causas, ganhando adeptos por todo o mundo, a exemplo do Greenpeace, movimento ambientalista de forte atuação internacional.

A existência de um movimento social requer uma organização muito bem desenvolvida, o que demanda a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, mas trata-se de organizações que sistematicamente atuam para políticos, o que significa haver uma luta constante e em longo prazo dependendo da natureza da causa. Em outras palavras, os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada bandeira.

### **Os Movimentos Sociais na luta por Políticas Sociais.**

Historicamente, as mobilizações da sociedade civil receberam diferentes tratamentos. No período anterior a 1930, os movimentos sociais eram tratados como “caso de polícia”, com forte repressão.

As manifestações ocorridas no período de 1930 a 1964 ficaram conhecidas como populismo e elas reivindicavam a reforma de base e melhores condições de vida para a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Antes de 1964, com alguns setores sindicais e a esquerda tradicional, o Estado passou a intervir na relação capital e trabalho, de maneira fragmentada e seletiva, deixando de fora os trabalhadores rurais e os do setor informal.

Posteriormente a 1964, no período ditatorial, a atuação das camadas populares no âmbito econômico, político e cultural sofreu restrições redefinindo, portanto, o Estado e sua relação com a sociedade.

A partir de 1964, ocorreu uma significativa mudança na relação das forças presentes no cenário político. Com o golpe de Estado, os governantes eleitos e reconhecidos, são sumariamente retirados do cenário político pela força militar, rompendo-se as regras do jogo político na escolha dos dirigentes. Os militares passam a controlar as decisões econômicas, ocupando postos-chave da administração. (SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE, 1996, P.32)

Neste momento o Brasil pára, proibindo-se expressamente as manifestações populares.

Em 1968, os movimentos sociais voltam a se articular, com objetivos diferentes, mas com um único propósito de por fim ao sistema ditatorial. Destacam-se os movimentos estudantis, religiosos, operários e camponeses.

Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas como meros resultados de lutas por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços.

Os movimentos sociais devem ser vistos, também (neles, é claro, os seus agentes), como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o estado autoritário e capitalista, questionam suas práticas, a própria centralização/burocratização tão presente nos partidos políticos. (RESENDE, 1985, p.38)

Com toda a repressão, a sociedade civil busca maneira de por fim ao sistema ditatorial, surgindo vários focos de manifestações, como por exemplo, a guerrilha armada na zona urbana e rural, greves e movimentos contra a carestia.

Em 1975, surgem os novos movimentos sociais e, dentro da Igreja Católica, o movimento da Teologia da Libertação, que buscava romper com a dominação a que a população pauperizada e os setores excluídos sofriam.

Há, ainda, de forma progressiva, a presença de movimentos sociais na área da Saúde, Educação, e outros, para que seja garantida a sua inserção na Constituição Federal de 1988.

O serviço social põe sua força em campo, para fortalecer o nascimento dessa política no campo democrático dos direitos sociais desenvolvendo múltiplas articulações e debates.

As Associações Nacionais dos Servidores da LBA – ASSELBAS e ANASSELBAS se articulam gerando debates, documentos, posicionamentos e proposições para a efetiva inserção da Assistência Social na Constituição Federal como política social, direito do cidadão e dever do Estado.

Em meio a essa efervescência e poder de pressão dos movimentos sociais, as políticas sociais encontram campo fértil para desenvolverem-se e auxiliarem a efetivação dos direitos sociais na Constituição de 1988.

Dessa forma, os movimentos sociais exerceram grande influência, emergindo com todo poder de pressão, conformando e norteando a configuração das políticas públicas e da Política de Assistência Social. Assim, os movimentos sociais com suas lutas contribuíram para trabalhar o rosto do Brasil e a configuração das políticas sociais.

### **CAPÍTULO 3**

#### **OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA INSTITUCIONALIZADA DO ASSISTENTE SOCIAL CONSIDERANDO O OBJETO, O OBJETIVO E OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS.**

##### **UNIDADE 3.1 PROCESSOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL.**

“Estritamente falando, a ação institucional nada mais é do que a prática de um de seus agentes, mandantes, clientes etc. Ou, mais precisamente, o resultado de relações sociais entre agentes e mandantes ou agentes e clientes, e assim por diante. Ora, a prática de cada um desses atores é, com frequência, divergente, e muitas vezes complementar e contraditória com respeito à de outros. A

prática institucional é, portanto, a resultante das práticas conflitantes dos diversos atores” (GUILHON, 1978: 74).

A prática institucional é resultado da prática de seus agentes concretos e só existe quando encarnada em atores concretos que constituem. Para definir os elementos que estruturam a prática institucional, vamos categorizar o objeto institucional, o âmbito institucional e os atores institucionais.

Objeto Institucional é aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio da legitimidade. O objeto institucional não é um objeto material, mas imaterial, impalpável, pois é esse caráter que facilita a sua apropriação pela instituição e sua tendência a alargar indefinidamente os limites de seu âmbito.

O objeto institucional da instituição Serviço Social é muito discutido ao longo da sua história. Weissaupt formula a hipótese de que o objeto institucional do Serviço Social será algo como a cidadania efetiva da população, entendida como o uso adequado dos aparatos de Estado (WEISSHAUPT, 1988: 70). O assistente social tem a função política de mediar as relações entre a população e o Estado no usufruto de seus aparatos.

Âmbito Institucional compreende as relações e práticas sociais concretas que sustentam o objeto institucional. Seu único limite real são os limites de soberania de outras instituições sobre estas práticas sociais. Toda instituição tende a ampliar seu âmbito de ação, e se estenderia indefinidamente até esbarrar com o âmbito de outras instituições, de modo que o âmbito de uma instituição é definido pela história das lutas de sua institucionalização, no conflito com outras instituições.

O âmbito do Serviço Social, portanto não é fixo, nem definido a priori pelos profissionais e professores do Serviço Social, e sim pelo contexto, que é conflitante.

Os atores institucionais se dividem em internos e externos.

Atores institucionais internos “são aqueles que diretamente “fazem” a instituição, desenvolvendo positivamente sua ação no quadro de um aparelho determinado” (WEISSHAUPT, 1988: 28). São os agentes em geral (em geral profissionais) e a clientela.

São subcategorizados de acordo com o grau de “saber” em relação ao objeto institucional, o que lhes confere poder e posição estratégica em relação à ação institucional.

Agentes privilegiados são aqueles cuja prática concretiza plenamente a ação institucional. Têm um saber pleno quanto ao objeto institucional e a partir desse saber uma posição estratégica em relação à ação institucional.

Os assistentes sociais são agentes privilegiados em instituições de Serviço Social, como a antiga LBA, o SESC, o SESI. Porém nada garante que os profissionais que dão nome a uma instituição sejam seus agentes privilegiados. É necessária uma análise concreta para elucidação da prática institucional. Por exemplo, em muitas instituições religiosas assistenciais o agente privilegiado é o padre.

Agentes subordinados (ou agentes institucionalmente complementares) são atores cujas práticas também estão ligadas a ação ou objeto institucional, mas estão subordinados aos agentes privilegiados. Têm saber relativo quanto ao objeto, mas mantêm uma posição estratégica em relação à ação institucional do ponto de vista de seu âmbito.

O Assistente Social é agente subordinado em organizações institucionais como hospitais e hospícios. No hospício o agente privilegiado é o psiquiatra, mas como a saúde mental (o objeto institucional) depende da ação do assistente social junto à família, à comunidade, às relações sociais do doente mental, o assistente é chamado a agir em nome do objeto institucional, porém subordinado ao poder-saber do psiquiatra.

Agentes organizacionais (ou “pessoal institucional”) são aqueles que prestam serviços indispensáveis à manutenção da organização. Eles não são, portanto, ligados à ação institucional e sim à ação organizacional. Como agentes, não têm um saber sobre o objeto institucional.

Em algumas empresas industriais, o Serviço Social trabalha apenas na administração de benefícios aos trabalhadores. Nelas, o assistente social trabalha tão afastado do objeto institucional (a produção) que pode se tornar um agente organizacional.

Clientela é o conjunto de indivíduos atingidos efetivamente pela ação institucional. São os atores cuja relação com a instituição é objeto da ação institucional. É a população atingida ou o “público-alvo”. Nega-se que os clientes tenham “saber” sobre o objeto institucional. Na medida do possível, o cliente está reduzido à passividade (nega-se, no mais das vezes, sua condição de sujeito), no limite, o cliente é tornado “paciente”.

Quando o assistente social, agente subordinado, trabalha numa empresa, sua clientela são os empregados da própria empresa, portanto seus colegas; quando trabalha num hospital, sua clientela não tem vínculo empregatício com esta organização institucional, são os pacientes do hospital; quando trabalha em instituições do Estado, em programas de comunidade, sua clientela é o público da instituição. Logo, pelos exemplos, o assistente social pode ter clientela distinta da clientela da organização institucional em que trabalha.

Quando o assistente social agente privilegiado trabalha em uma instituição de Serviço Social, sua clientela é a clientela da sua própria instituição. Esses exemplos são para mostrar como o assistente social pode ter diferentes implicações com sua clientela.

Atores institucionais externos (ou contextuais) são agentes que não têm ação direta nas instituições, estão fora delas, mas podem interferir “negativamente” nelas. “Os mandantes podem paralisar a ação institucional, impedindo os agentes institucionais de agir, mas não podem agir em seu lugar, senão tornando-se, por sua vez, agente institucional” (GUILHON, 1978: 75). São os mandantes e o público. Os mandantes assentam seu poder na apropriação dos meios de produção e reprodução social, de acordo com a metodologia que categoriza as relações sociais em três instâncias: econômica, política e ideológica. O poder do mandante deriva da:

1. Apropriação dos meios de produção e reprodução material da sociedade na relação de propriedade, de acordo com o direito de propriedade capitalista que rege a relação material entre os agentes sociais;

2. Apropriação dos meios de produção e reprodução social da sociedade na relação de hierarquia, de acordo com a constituição político-jurídica que rege a relação de mando social;

3. Apropriação dos meios de produção e reprodução imaginária de sociedade na relação de autoridade, via de regra geral em nossa sociedade, de acordo com a racionalidade científica que rege a relação cultural central de valorização dos saberes dos agentes sociais.

Os mandantes assentados na relação de propriedade (mandantes patrimoniais mandantes, em nome do “ter”, definido a partir da instância econômica) são os que sustentam economicamente a instituição (garantem a sua reprodução material) e, baseados nessa propriedade, exigem uma prestação de contas em relação à ação institucional e, em particular, dos agentes privilegiados, que se apropriam apenas institucionalmente (não materialmente) do objeto. Esses mandantes, portanto, se apropriam não do objeto institucional, mas do que a instituição produz economicamente.

Nas instituições públicas, o mandante patrimonial é o Estado, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Nas instituições privadas é o Capital (os acionistas ou os donos). O dono pode ser uma pessoa jurídica, isto é, uma empresa é dona de outras empresas, por exemplo. Uma situação em que alguns atores concretos podem desempenhar vários papéis institucionais ocorre, por exemplo, nos clubes, associações e cooperativas, em que os agentes sócios, associados, cooperados podem ser ao mesmo tempo, clientes, agentes e mandantes patrimoniais, porque são, coletivamente, os proprietários.

Os mandantes assentados na relação de hierarquia (mandantes funcionais – mandantes, em nome do “poder”, definidos a partir da instância política) são aqueles que nomeiam o corpo de agentes institucionais e, sobretudo, dos agentes que exercerão a direção da organização institucional. Nas instituições públicas esses mandantes são os representantes do Estado (o governo, mandatário, tem um mandato legitimado pela Constituição que lhe confere um poder por um tempo estipulado). Nas empresas privadas capitalistas, os donos ou o corpo de acionistas, apoiados na legislação comercial e fiscal, exercem diretamente, ou delegam o direito de administrar a produção a um agente que deverá prestar contas de sua gestão.

Note-se que os dirigentes não são mandantes, são agentes, internos à organização (institucional), que têm uma concessão temporária de mando e que, portanto, pode ser retirada a qualquer momento, de acordo com o estatuto da organização: são cargos de confiança do mandante. Nas pequenas empresas privadas, o dono pode ser presidente ou diretor, portanto mandante funcional, patrimonial e dirigente ao mesmo tempo.

Os mandantes assentados na relação institucional (mandantes institucionais propriamente dito – mandantes, em nome do “saber”, definidos na instância “ideológica”) são os guardiões da legitimidade de que a instituição se reveste. São os que se apropriam do saber relevante para a instituição e decidem quais são as práticas permitidas ou proibidas, segundo um critério de “verdade”.

Mas instituições de Serviço Social os guardiões da “verdade profissional” são os Conselhos Regionais de Serviço Social, os CRESS’s, e o Conselho Federal de Serviço Social, os CFESS’s (e as escolas também, até certo ponto – a “academia”). O assistente social está submetido a estes órgãos mesmo que trabalhe subordinado em uma instituição de outra área. O conflito entre os vários mandantes propicia um grau de autonomia aos agentes internos.

Público é o conjunto dos atores coletivos ou individuais para quem a ação institucional é visível, podendo eventualmente integrar a clientela. Por exemplo, um posto de assistência médica tem todo o bairro como público, mas só os pacientes são clientela.

Outro exemplo, num hospital, os pacientes são clientela e seus parentes podem ser simplesmente público. Observa-se que a opinião do público pode ser mais decisiva do que a opinião da clientela para a prática institucional. Por exemplo, no programa de privatização do atual governo, a opinião pública tem sido testada na condução do processo de venda das estatais.

Num posto de assistência médica, a associação de moradores pode ter influência na política de atendimento. O público, nas democracias, deveria ser o “mandante privilegiado” das instituições. O público identifica-se com a totalidade das relações sociais.

### **Análise da Prática Institucional e Serviço Social**

As relações entre o assistente social, o usuário e seu objeto da prática estão submetidos a limites organizacionais e institucionais, e situados em um dado contexto histórico. Sua autonomia fica sujeita às relações de propriedade, saber e poder entre os atores; fica limitada pelo ponto de vista da racionalidade da organização, da legitimidade da instituição e da articulação “contextual” que determina o lugar do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Desta forma, o assistente social se queixa que suas dificuldades estão ligadas a uma deficiência teórica no período de formação, que não permite dar conta da complexidade da prática, e desloca sua queixa para questões técnicas. É frequente o aluno de Serviço Social se queixar da falta de ferramenta para a realidade de seu estágio, porém a questão operacional no Serviço social é até privilegiada em termos de técnicas, pois as pega de vários campos de conhecimentos diferentes.

No cotidiano da prática, junto às questões emergentes, pode parecer ao assistente social que lhe falte técnica para exercer sua profissão. A questão é que, para aplicar qualquer técnica, o profissional está submetido às normas organizacionais, a saberes institucionais e ao contexto histórico. O assistente social critica o contexto histórico (a luta de classes), mas não estuda concretamente as relações entre saber e poder e a micropolítica que se dá dentro de uma organização institucional. Toda prática profissional tem uma dimensão técnica, uma dimensão institucional e uma dimensão contextual. Falta, portanto, o estudo da dimensão institucional da prática profissional: “Concretamente, evidencia-se um problema de formação, já que a representação implícita do campo profissional transmitida na escola, em geral, não corresponde às condições institucionais de fato impostas à prática”. (WEISSHAUPT, 1988: 108).

### **UNIDADE 3.2 AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES.**

Situados na esfera da reprodução social alargada, os serviços sociais “auto-representados” como instâncias de resolução dos problemas da população, na verdade, exercem uma função de administração e enquadramento desses problemas através do atendimento, triagem e encaminhamento dos “casos”.

Adotando esta perspectiva de análise. Karsch é ainda mais radical quando afirma: “[...] O atendimento baseado em critérios de racionalidade administrativa e/ou competência técnica, nunca poderá resultar numa solução na medida em que o que está em jogo é a própria situação das pessoas no contexto das relações sociais em que os problemas são gerados.”<sup>1</sup>

O reconhecimento dos direitos sociais inscreve-se num processo contraditório em que os serviços, se por um lado, constituem respostas às necessidades sociais postas pelo desenvolvimento

do capitalismo, por outro, provocam a recuperação e o controle das reivindicações que, na base, lhes deram origem.

No contexto de um funcionamento baseado na racionalidade burocrática, os interesses dos técnicos sobrepõem-se aos da população usuária, contribuindo para a reprodução das situações de sujeição das pessoas que, despossuídas do seu próprio saber, ficam alienadas da responsabilidade de orientar a própria vida e desacreditam das possibilidades de desenvolver capacidades próprias para enfrentar as situações que vivenciam e as dificuldades que enfrentam.

Por outro lado, e considerando o caso particular dos serviços sociais, as organizações implementadoras das políticas de saúde, segurança social, educação, etc., obliteram o verdadeiro significado da doença, da pobreza, da deficiência, do insucesso escolar, pela ideologia do senso comum que reproduzem, atribuindo a responsabilidade dos problemas aos indivíduos. A crença resultante de uma tal atitude é a de que são as instituições e os técnicos que possuem a capacidade de mudar as situações problemáticas com que as pessoas se defrontam. Deste modo, a população que procura os serviços é vista como produto fatalista da incapacidade de organizar a própria vida e a atuação dos técnicos adquire um sentido paternalista, enquadrador e controlador.

Nesta perspectiva, a troca horizontal de saberes, experiências e conhecimentos, é inviabilizada perdendo-se, assim, a oportunidade dos técnicos socializarem os conhecimentos que possuem. Por outro lado, e relembando Merton a administração burocrática, ao erigir as normas como o fim mesmo da organização, produz uma inversão entre os fins e os meios, transformando a existência e a reprodução dos serviços, no principal objetivo da organização.

A dominação dos técnicos sobre os usuárias, dominação subtil interiorizada e confirmada pela instituição, no caso das assistentes sociais manifesta-se "... através das fichas que preenchem, cumprindo a rotina institucional que designará a elegibilidade do caso para atendimento e através da entrevista que não explicam, durante o qual penetram no íntimo da vida dos indivíduos, retirando-lhes dramas e segredos para, no fim, encaminhá-los a outro serviço, sem nenhum retorno efetivo ou profissional."

Quando os técnicos se identificam com a instituição eles estão a reproduzir, através da sua ação, um tipo de racionalidade burocrática que, em última análise, serve aos objetivos da instituição no seu processo de auto reprodução mais do que responde às necessidades dos usuárias.

"A super valorização da racionalidade técnica, sobreposta à falta de experiência política, impede a síntese que poderia transformar as necessidades sociais num projeto comum da população e dos técnicos."

Face a estas condicionantes, como é que os profissionais de serviço social podem, contornando burocracias e clarificando o seu espaço de manobra nas organizações empregadoras, redefinir as suas funções e o seu papel, com vista à resposta mais efetiva por relação às necessidades das populações?

As alternativas são necessariamente diferentes conforme a posição que os serviços ocupam no sistema institucional mais vasto. No caso dos serviços assistenciais públicos, o assistente social tem mais autonomia para exercer um papel mediador entre os setores populares e o Estado.

Nesse contexto institucional o assistente social pode perspectivar politicamente a sua prática em favor dos mais vulneráveis.

No segmento assistencial da política social podem emergir espaços de expansão dos direitos sociais, permitindo a passagem da exclusão para a inclusão.

Nesse âmbito, o trabalho dos assistentes sociais, quando crítica e politicamente perspectivado, tem potencialidades para, articulando os interesses dos usuárias e das organizações populares à instituição, definir uma estratégia a favor dos usuárias aos quais o seu trabalho se dirige.

Recuperar e valorizar este espaço tradicionalmente cometido ao serviço social, pode contribuir ainda para o reforço da identidade profissional e para a reconciliação com "o leito histórico da profissão".

As possibilidades históricas do assistente social aproveitar estes espaços potenciadores da autonomia dependem do papel de mediação que o profissional for capaz de exercer entre a organização e o movimento social, o que pressupõe, por um lado, uma leitura atenta da dinâmica organizacional, e, por outro lado, a análise da conjuntura sócio-política. Esta hipótese, do nosso ponto de vista, confirma-se na experiência profissional.

A percepção das possibilidades e limites da ação profissional torna-se mais apurada quanto mais os assistentes sociais procedem à análise concreta das situações do trabalho com o auxílio de referências teóricas amplas e articuladas.

Considerando os serviços sociais como serviços cujos objeto, objectivos, papéis e funções se redefinem no espaço organizacional concreto onde se efetiva a ação profissional, torna-se necessária uma avaliação cuidadosa do movimento interno da organização.

A análise da dinâmica interna da organização tendo em conta a compreensão do sistema institucional e do sistema social mais amplo, assim como das determinações sobre a política da organização, permite a compreensão do campo de manobra do profissional.

A própria legitimação do seu poder e autoridade como elemento do sistema burocrático "...abre um espaço de ação que precisa ser dimensionado".

### **UNIDADE 3.3 INTERDISCIPLINARIDADE E MULTIDISCIPLINARIDADE NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS.**

Ao pensarmos a formação profissional do Assistente Social precisamos apreender o cenário em que a profissão se efetiva, bem como a realidade social que a cerca. Acredita-se que as mudanças políticas, sociais, culturais e ideológicas, que vivemos nos tempos atuais; as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social; assim como as relações entre os sujeitos, nos impulsionam a refletir sobre as novas demandas e dinâmicas do mundo do trabalho.

Esta nova conjuntura da realidade reafirma a necessidade de superação de práticas, nos impulsionando a ter um olhar instigante para o mundo contemporâneo. Mais do que compreender o significado e papel da profissão na sociedade do capital diante do processo de reprodução das relações sociais, as novas necessidades do mercado de trabalho demanda uma formação profissional que propicie aos Assistentes Sociais subsídios teóricos, éticos, políticos e técnicos

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (Oliveira, 2003, p 43).

Nesse contexto, acredita-se que a formação profissional, na atualidade, deve ser (re)pensada, a fim de que possamos possibilitar a capacitação de profissionais condizentes com novas dinâmicas de trabalho.

Quando falamos em formação profissional estamos pensando num processo dialético, portanto, aberto e dinâmico, que traz a possibilidade de aprendizagem e compreensão da realidade que nos cerca. Caracterizado por ser um processo vivo, a formação profissional encontra-se sempre em movimento, orientando-se para o crescimento e fortalecimento do Serviço Social. Nesse sentido, Gonçalves e Higuchi (1998) apontam a formação profissional como um processo, como uma práxis (ação-reflexão-ação) que leva ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho profissional.

Batista in Fazenda (2002) propõe que a formação atravessa e constitui a história dos homens como seres sociais e por isso traz consigo dimensões subjetivas e dimensões intersubjetivas. Formar é possibilitar um processo de abertura a partir do qual algo possa vir-a-ser.

A formação profissional da qual estamos tratando deve buscar eficiência e modernização, capacitando o profissional para uma atuação de nível macro.

Parte-se do pressuposto de que a formação profissional, numa realidade específica, não pode ser considerada isoladamente da realidade social, expressa pelo aspecto estrutural e conjuntural, pelo sistema educativo em geral, e, especificamente, pelo ensino superior, como contexto da formação profissional, a qual, necessariamente, reflete o movimento histórico da própria sociedade (SILVA, 1984, p 5).

Nesse sentido, pensar a formação profissional é refletir sobre o desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira. Faz-se necessário o desenvolvimento de uma proposta de formação profissional conciliada com a atualidade, comprometida com os valores democráticos, com um novo ordenamento das relações sociais.

Tanto em sua natureza, quanto no seu conteúdo, a formação do Assistente Social diferencia-se por suas particularidades institucionais, mas também se caracteriza pela diversidade de paradigmas interligados a outras ciências. É nesse sentido que integrar o heterogêneo se apresenta como um desafio na contemporaneidade, desafio que requer vontade, disposição e a superação de caminhos já existentes.

Diante da globalização, das divisões no campo social, cultural, financeiro, político, científico, etc., em particular da fragmentação na maneira de perceber e compreender o ser humano e suas relações, a interdisciplinaridade emerge como prática de articulação destas partes.

Podemos afirmar que, mais que uma proposta simplista, a interdisciplinaridade pode apresentar-se como uma resposta de intercâmbio e integração, uma maneira de transpor fronteiras e diferenças existentes entre as profissões, a fim de alcançar uma comunicação mais efetiva.

Compreendemos o ser humano como produto e produtor da história, isto é, partindo de um olhar materialista-histórico e dialético, busca-se estudar o processo no qual a realidade objetiva vivida pelo indivíduo se torna subjetiva. Como apontam Lane & Sawaia (1995) o ser humano só o é

na relação com os outros. É a partir dessas relações sociais que estaremos nos propondo a discutir a interdisciplinaridade.

Oliveira (2003) aponta a interlocução entre os variados pólos do saber como uma característica inevitável do mundo organizado do conhecimento. A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade transcendem a união de forças para a obtenção de um objetivo comum, elas possibilitam o diálogo, a troca de conceitos e ideias, a criatividade.

Fazenda (2002) nos aponta que a interdisciplinaridade é uma atitude coletiva diante da questão do conhecimento, um projeto em que causa e intenção coincidam, um fazer que surja de um ato de vontade e que, portanto, exige uma imersão no trabalho cotidiano. Dessa forma, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto.

Já a multidisciplinaridade é a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas. É o trabalho conjunto onde cada profissional trata de temas comuns sob sua própria ótica, alcançando a INTEGRAÇÃO de métodos, teorias ou conhecimentos.

Quando nos situarmos no nível da multidisciplinaridade, a solução de um problema exige informações tomadas de empréstimo a duas ou mais especialidades sem que as disciplinas levadas a contribuir para aquelas que a utilizam sejam modificadas ou enriquecidas. Estuda-se um objeto de estudo sob vários ângulos, mas sem que tenha havido antes um acordo prévio sobre os métodos a seguir e os conceitos a serem utilizados.

No sistema multidisciplinar uma gama de disciplinas são propostas simultaneamente para estudar um objeto sem que apareçam as relações entre elas.

A interdisciplinaridade tem como princípio constituinte a diferença. Sabe-se que é próprio do ser humano a dificuldade em conviver com as diferenças, com o diferente. Percebemos, assim, que efetivar a interdisciplinaridade requer uma nova postura profissional, como apresenta Martinelli (1995), "um novo saber ético e social". Faz-se necessário rever as próprias práticas e caminhar rumo a um amadurecimento profissional.

Acredita-se que a base do trabalho interdisciplinar seja a interdependência entre os profissionais envolvidos, reconhecendo a área particular de competência de cada um, mas aliado à mútua compreensão e respeito, busque-se a superação do conhecimento já existente da realidade social.

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática (MARTINELLI, 1995, p 157).

Pombo (2006) vai de encontro com esta ideia ao apresentar a interdisciplinaridade como um processo de fecundação recíproca das disciplinas no qual cada disciplina envolvida se deixa cruzar e contaminar pelas outras.

A interdisciplinaridade traz como consequência a modificação de conceitos, terminologias e posicionamentos, superando as endogenias e efetivando a pluralidade de saberes. Desta forma, o trabalho interdisciplinar desencadeia um crescimento profissional, bem como um crescimento institucional, porque exerce uma prática solidária (OLIVEIRA, 2003).

Para Erich Jantsch:

A interdisciplinaridade propriamente dita é algo diferente, que reúne estudos complementares de diversos especialistas em um contexto de estudo de âmbito mais coletivo. A interdisciplinaridade implica numa vontade e compromisso de elaborar um contexto mais geral, na qual, cada uma das disciplinas em contato são por sua vez modificadas e passam a depender claramente umas das outras. Aqui se estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas, o que resultará em intercomunicação e enriquecimento recíproco e, conseqüentemente, em uma transformação de suas metodologias de pesquisa, em uma modificação de conceitos, de terminologias fundamentais etc. Entre as diferentes matérias ocorrem intercâmbios mútuos e recíprocas interações; existe um equilíbrio de forças nas relações estabelecidas (SANTOMÉ, 1996, p 73).

Como forma de trabalho criativo e totalizante, a interdisciplinaridade reconhece de forma dialética a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto. Dessa forma, desenvolver um trabalho interdisciplinar é um atitude individual que esbarra na intersubjetividade (relação entre sujeitos).

A transformação das práticas deve perpassar a mudança interior, que nos conduz a uma mudança de atitude. O caminho é o do diálogo, das trocas, dos encontros e, principalmente, pela verdade. Isso requer uma atitude de desacomodar-se, um movimento que nos tire da zona de conforto, que nos impulse a buscar o novo.

A interdisciplinaridade pode ser entendida como um instrumento, um modo de superar o isolacionismo das disciplinas, um empreendimento que objetiva atender objetivos sociais e políticos (JAPIASSU, 1976).

Por intervir no campo social, o Serviço Social não pode se caracterizar como uma prática solitária, uma vez que diversas áreas incidem sobre este campo. Entretanto, sabe-se que é próprio do ser humano as dificuldades em conviver com as diferenças, por isso, também, que ir além de si mesmo e reconhecer no outro uma possibilidade de superação mostra-se tarefa tão árdua.

O trabalho interdisciplinar não acontece imediatamente, ele se efetiva na sua prática e vivência. Sua complexidade incide em avanços e retrocessos diretamente relacionados aos profissionais que compõem a equipe. Nesse sentido, o avanço do trabalho ocorrerá a partir do levantamento dos entraves que emergem no cotidiano do trabalho, no compartilhamento de conhecimentos e saberes.

Enfim, não estamos aqui para apresentar o interdisciplinar como o remédio para a cura de todos os males, pois isso seria uma atitude insana. Mas para nós, a interdisciplinaridade mostra-se como uma maneira de intervir no mundo, efetivada pela transformação dos espaços, das relações, pelo construir. Mesmo sendo um processo difícil de atingir, ainda que a interdisciplinaridade não exista como algo definitivo, acreditamos que seja um caminho possível de ser alcançado através do reconhecimento da importância de cada área do saber e do respeito mútuo entre os profissionais.

Acreditamos que em sua formação profissional o Assistente Social tem um espaço fecundo para compreender o trabalho interdisciplinar e efetivá-lo. Realizar um projeto interdisciplinar não requer um conjunto de procedimentos ou receitas, mas como nos mostra Japiassu (1976) a interdisciplinaridade revela o diálogo fecundo, onde as pessoas envolvidas são capazes de reconhecer aquilo que lhes falta e ofertar o seu conhecimento.

## **CONCLUSÃO**

Vivendo e vivenciando o trabalho acredita-se que o papel do assistente social além de intermedia em conflitos, usa de articulação, intervenção e criatividade, para trabalhar em uma perspectiva de mudança gradual dos envolvidos.

Para que haja um efetivo trabalho é preciso, primeiramente, entender as especificidades das demandas e seus desdobramentos, possuindo um norte para as ações, levando a equipe ao comprometimento profissional em relação à qualidade dos serviços prestados. Pois, acima de tudo, é necessário entender que estamos lidando com pessoas, sujeitos de direitos garantidos pela legislação, e fazendo com que os mesmos sejam efetivados.

O assistente social tendo um olhar crítico, uma intencionalidade no trabalho social e sendo conhecedor de seu papel contribui para que o trabalho em uma equipe interdisciplinar tenha efetividade e seja de acordo com que se propõe.

Pois é necessário que todos caminhem na mesma direção, com um olhar amplo da situação, conhecendo a realidade de cada usuário e seus familiares, visando uma melhor qualidade de vida para todos.

## **EXERCICIOS**

- Na contemporaneidade, são comuns as exigências para o desenvolvimento de trabalho em equipe interdisciplinar. Inserido num espaço assim constituído, o Assistente Social deve ter sua postura profissional baseada em:
  - a) Conhecimentos já consolidados e hierarquizados conforme a prioridade dos problemas a serem enfrentados;
  - b) Resgate da particularidade de cada saber, hierarquizando-os por ordem de importância;
  - c) Uma investigação sobre a totalidade da realidade;
  - d) Saberes já existentes organizados por ordem de importância hierárquica de cada área;
- 2. São objetivos da gestão de pessoas, exceto:
  - a) ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar a sua missão.
  - b) proporcionar competitividade à organização (fazer com que as forças das pessoas sejam mais produtivas).
  - c) aumentar a auto-atualização e a satisfação dos empregados no trabalho: desenvolver a qualidade de vida no trabalho.
  - d) administrar as contingências estruturais.
- 3. Em uma instituição voltada para atendimento a famílias e indivíduos em situação de direitos violados, a implementação de um projeto está sendo discutida em uma oficina de trabalho, com a participação da equipe multiprofissional que atuará nesse projeto. Tal equipe será formada por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, e um dos objetivos da oficina é a discussão dos papéis e atribuições profissionais que deverão ser desenvolvidos por cada um no referido projeto. Durante a atividade, um assistente social realizou um esclarecimento sobre as suas

atribuições

privativas.

Nessa situação, é correto afirmar que, de acordo com a Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, uma das atribuições privativas do assistente social é

- a) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população.
- b) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- c) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- d) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

4. A primeira grande instituição nacional de assistência social foi:

- a) O Conselho Nacional do Serviço Social;
- b) O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- c) O Serviço Social da Indústria – SESI;
- d) Legião Brasileira de Assistência

5. Com o processo de renovação (José Paulo Netto, 1991), a profissão passa a desenvolver uma crítica aos pressupostos da prática institucional tradicionalmente voltada para o controle e adaptação da população trabalhadora, propondo ações articuladas aos movimentos sociais. Do ponto de vista do planejamento da intervenção profissional, no momento da proposição de programas e projetos, isso significa construir um conhecimento:

- a) da instituição, com ênfase na prática como articuladora dos programas e projetos a serem estabelecidos;
- b) do instrumental técnico do Serviço Social, com ênfase no controle institucional para uma implantação mais eficaz dos programas e projetos;
- c) da população usuária, com ênfase nos recursos institucionais como elementos definidores dos programas e projetos a serem implantados;
- d) da realidade em sua totalidade, com ênfase na participação da população usuária dos serviços na discussão e definição dos programas e projetos a serem desenvolvidos;
- e) das políticas sociais específicas, com ênfase na obtenção da adesão da população usuária para os programas e projetos em processo de implantação.

6. Os projetos de intervenção profissional, em qualquer área de atuação do Serviço Social, têm nos objetivos uma de suas principais referências. Tomando como base o pensamento de Marilda Lamamoto, a construção dos objetivos que referenciarão os projetos de intervenção profissional deve ser orientada por um:

- a) eficiente sistema de informações sobre as normas de conduta adequadas, que possam ser postas em prática sem dificuldades na realidade;
- b) certo grau de integração e ordenação hierárquica dos procedimentos técnicos necessários ao funcionamento dos projetos;

c) balanceamento entre as motivações dos membros da instituição, os recursos existentes e as necessidades sociais;

d) reconhecimento de que os objetivos precisam ser passíveis de serem convertidos em alvos específicos e atribuições específicas;

e) acompanhamento da dinâmica da vida social em sua totalidade, identificando as múltiplas dimensões da realidade particular na qual incide a prática profissional.

7. A abordagem individual ainda hoje é muito solicitada ao Assistente Social em seu trabalho nas instituições. De acordo com a perspectiva dialética, na abordagem individual o profissional deve trabalhar com o indivíduo, considerando-o:

a) isoladamente, como o responsável pelos problemas vivenciados em seu cotidiano, em função de seu desajustamento social;

b) objeto de intervenção do Serviço Social em qualquer área em que a profissão venha a se inserir;

c) sujeito político, integrante de uma classe social, considerado em sua história pessoal e coletiva, em seu processo, em suas relações, pleno de direitos;

d) sujeito da ação profissional, que deve ser orientado a vencer suas dificuldades de relacionamento interpessoal, ajustando-o a seu meio sócio-econômico;

e) ser humano que deve ser ajudado a encontrar oportunidades, contribuindo de maneira sempre mais eficiente para o progresso e o bem-estar da sociedade.

8. Nas instituições, o Assistente Social dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais. No que se refere à demanda, o profissional é requisitado para realizar a seleção, a triagem da população entre os que têm ou não direito de participar dos programas, discriminando os mais necessitados entre os elegíveis. Para a perspectiva dialética, o profissional é requisitado para esta atividade devido à:

a) indefinição das instituições sobre os recursos existentes e sua destinação;

b) necessidade de despertar a solidariedade da população para com aqueles que são os mais necessitados;

c) insuficiência das políticas sociais e da rede de equipamentos sociais em atender à população em seus direitos;

d) necessidade das instituições de planejar de forma ordenada os inúmeros recursos destinados pelos órgãos governamentais;

e) necessidade de controlar a distribuição de recursos, tendo em vista a conduta popular que costuma encenar a miséria” para obtenção dos mesmos.

9. A instituição social, também denominada entidade social, é um produto da comunidade, uma vez que está baseada, de um lado, nas necessidades sociais da comunidade, e, de outro, no interesse dos grupos que estejam preocupados com a prevenção ou solução dos problemas sociais que existem nela. A instituição social (ou entidade social) está, portanto, para o serviço da comunidade e não para o serviço de uma classe social, de um partido político ou de pessoas ou grupos voltados para seus próprios interesses.

Este conceito de instituição defendido por Balbina Ottoni Vieira (1973) é contestado pelo pensamento dialético no Serviço Social porque:

- a) prioriza a comunidade em detrimento dos indivíduos que necessitam de atendimento;
- b) não especifica as necessidades sociais;
- c) não aborda os benefícios de uma instituição;
- d) abstrai a luta de classes que se processa na sociedade capitalista;
- e) não a localiza geograficamente.

10. O Assistente Social, face ao processo de reestruturação produtiva, é requisitado para novas tarefas nas empresas. No entanto, há persistência na requisição do profissional para a função tradicional de intervenção em problemas de natureza pessoal e psicossocial que interferem na produtividade. Isto significa que continua a existir uma demanda tradicional explícita para o Serviço Social nesse processo e ela diz respeito a que o profissional intervenha:

- a) no planejamento global da empresa;
- b) na definição dos programas de gerência dos recursos humanos;
- c) na vida privada do trabalhador;
- d) nas decisões sobre as ações de Qualidade Total;
- e) no estabelecimento de sistemas

11. O trabalho com redes (instituições populares, ONGs), segundo a perspectiva dialética, é fundamental para a intervenção profissional porque oportuniza ao Assistente Social:

- a) construir as funções e normas para o funcionamento das instituições;
- b) articular recursos necessários à população excluída, reforçando a noção de cidadania;
- c) conhecer técnicas modernas que permitirão um trabalho eficiente com a população;
- d) evitar a duplicação de atendimentos à população pelas várias instituições;
- e) centralizar os recursos para uma conveniente utilização dos mesmos.

12. Na atualidade, a intervenção profissional do Assistente Social nas empresas desenvolve-se:

- a) na introdução da polivalência e multifuncionalidade dos trabalhadores, através da informatização do processo de produção;
- b) nos programas participativos, tendo em vista as metas da empresa, e na execução das políticas de benefícios para a reprodução material e controle da força de trabalho;
- c) no desenvolvimento da capacidade dos profissionais para a criação de programas de processamento de dados quantitativos e qualitativos sobre o trabalho social;
- d) nas decisões dos rumos da empresa em nível da alta administração, incluindo aí a definição dos sistemas de distribuição dos lucros;
- e) nas definições de cúpula sobre as novas estratégias de gestão da força de trabalho e de relacionamento com os sindicatos.

13. A consolidação do mercado nacional de trabalho dos assistentes sociais através do Estado e das empresas ocorre no período histórico brasileiro designado:

- a) abertura política pós- Estado Novo;
- b) autocracia burguesa via ditadura militar;
- c) redemocratização da Nova República;
- d) desenvolvimentismo de base nacional-popular;
- e) liberalismo de orientação oligárquica.

14. A reforma do Estado tem sido apontada como expediente inadiável dentro da perspectiva neoliberal, tendo em vista a necessária adequação do aparelho estatal ao atual contexto em que as grandes tendências mundiais apontam na direção da globalização, do progresso da tecnologia da informação e transnacionalização dos mercados. A função que constitui uma atribuição essencial deste novo Estado é:

- a) provisão de serviços;
- b) ações regulatórias;
- c) estabilização do mercado de trabalho;
- d) produção de massa;
- e) organização da sociedade civil.

15. Uma das formas mais recorrentes de intermediação de interesses entre o Estado e a sociedade no Brasil é o denominado clientelismo. Clientelismo significa:

- a) o estabelecimento de relações sociais horizontais que tenderiam a fortalecer a sociedade frente ao Estado;
- b) o acúmulo histórico de práticas associativas que explica a existência de bons governos;
- c) a instauração de relações autoritárias, horizontais, que impedem a geração de políticas de desenvolvimento;
- d) o desenvolvimento de arranjos políticos entre Estado e atores sociais de cunho vertical, hierárquico e assimétrico;
- e) o estabelecimento de relação política mediada por mecanismos de accountability e controle administrativo

16. Estamos diante de um trabalho interdisciplinar quando uma equipe profissional:

- a) é composta por profissionais de diferentes áreas disciplinares;
- b) atua na mesma instituição, desenvolvendo ações de caráter transdisciplinar;
- c) trabalha com variáveis e saberes articulados entre si e com propostas e intervenções segmentadas;
- d) reúne-se com sistemática frequência, justapondo interesses e propostas de intervenção;
- e) mantém espaços de diálogo permanente, que permitam a recomposição de trabalhos parcelares.

17. No mundo do trabalho empresarial, a “cultura da qualidade”, alicerçada em programas de qualidade total, traduz-se no apelo à “satisfação do cliente” ou do empregado na empresa. No Serviço Social, Marilda Iamamoto faz a crítica a essa linguagem empresarial, pois considera que ela é:

a) contraditória, pois tem como objetivo principal assegurar informações quanto aos direitos do consumidor, mas resvala para as práticas de controle.

b) antidemocrática, tutelar e demagógica, e desrespeita a autonomia dos sujeitos consumidores.

c) feiticeira, pois a linguagem do encantamento encobre o interesse do mercado pela conquista e fidelidade dos consumidores.

d) cerceadora da liberdade, e não visa ao alargamento da participação democrática dos trabalhadores e dos consumidores.

e) ambígua, pois a linguagem empresarial tem o propósito de ludibriar e trapacear o cliente.

18. O assistente social é requisitado pelas empresas, para atuar junto aos empregados, tendo em vista o seguinte objetivo prioritário:

a) estimular a consciência crítica dos trabalhadores e a participação cidadã na empresa.

b) contribuir para a adesão do trabalhador às novas necessidades da empresa de aumento da produção.

c) humanizar o ambiente de trabalho e as relações de trabalho entre os empregadores e empregados.

d) ampliar a política de benefícios e incentivos para os trabalhadores.

e) melhorar a relação dos empregados com sua família

19. Analise as afirmativas abaixo, identifique se estão certas ou erradas e indique a alternativa correspondente:

a) Os movimentos sociais são gerados sempre nas situações antagônicas.

b) Não se constitui atribuição profissional do assistente social no processo de Desenvolvimento de Comunidade, operacionalizar sua prática como meio de fortalecimento dos movimentos sociais.

c) Constitui-se atribuição profissional do Assistente Social, no processo do Desenvolvimento de Comunidade, apreender e interpretar a significação social da política social dirigida à área comunitária.

a) certa- errada- certa.

b) certa- certa - errada.

c) errada- certa- errada.

d) errada- errada- certa.

e) certa- certa- certa.

20. Segundo alguns autores, o assistente social é um profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado, e é essa a determinação fundamental na constituição da sua profissão. As políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas acionadas para o seu enfrentamento pelo diferentes segmentos da sociedade civil que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não-governamentais e as formas de organização

das próprias classes sociais para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão a que se vêm submetidas. Essa visão:

a) Contempla a inserção do assistente social nos processos de trabalho no campo das políticas públicas.

b) Nega a presença do Serviço Social inserido no terceiro setor, pois cabe somente ao Estado promover a execução das políticas públicas.

c) Adverte para as dificuldades da atuação no campo das políticas públicas, no qual o Serviço Social é o principal ator.

d) Alerta sobre o campo de trabalho do Serviço Social no mercado brasileiro a partir de 1988.

e) Defende que a necessidade de apreender o conjunto dos atores acionados para o enfrentamento da questão social é secundária.

#### **GABARITO**

- B
- D
- C
- D
- D
- E
- C
- C
- D
- C
- B
- B
- B
- D
- E
- C
- B
- A
- A

#### **REFERÊNCIAS**

CESAR, M. de J. **Serviço social e reestruturação industrial**: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A. E. (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998, p. 115-148.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, **Ângela Santana do**. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: Mota, Ana Elizabete (org.). **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez, 2008.

ALBUQUERQUE, J. A. GUILHON. **Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

CELATS, Serviço Social Crítico, Problemas e Perspectivas, S. Paulo, Cortez Editora, 1985. FALEIROS, Vicente de Paula, Saber Profissional e Poder Institucional, S. Paulo, Cortez Editora, 1987.

FAZENDA, I. C. A. (org.) (2002). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez.

JAPIASSU, H. (1976). **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago.

KARSCH, Úrsula, **O Serviço Social na Era dos Serviços**, S. Paulo, Cortez Editora, 1987.

POMBO, O. (2006, JAN/JUN). **Práticas interdisciplinares**. Sociologias. 1(15).

SANTOMÉ, J. T. (1996). **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas

WEISSHAUPT, Jean Robert. **As funções socioinstitucionais do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1988.

CARVALHO, Raul de & IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. **Em questão: atribuições privativas do assistente social**. Brasília, Distrito Federal: CFESS, 2002.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social**. In Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.  
IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do Terceiro Setor - um estudo sobre a Construção do Papel das organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. 1999, 152p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. **Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set/out. - 1998.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global**. In: *USP Revista de Administração*. São Paulo, v. 33, n.1, p.5-11, jan./mar. 1998.